UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANDREZA SOARES CARDOSO

OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM) NO ESTADO DO PARÁ: HOUVEAVANÇOS, RETROCESSOS OU ESTAGNAÇOES?

BELÉM PA
2022

ANDREZA SOARES CARDOSO

OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM) NO ESTADO DO PARÁ: HOUVE AVANÇOS, RETROCESSOS OU ESTAGNAÇOES?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Clima e dinâmica sócio-ambiental na Amazônia.

Linha de pesquisa: Ciências ambientais.

Orientador: Prof. Drº Roberto Araújo de Oliveira dos Santos Júnior.

BELÉM PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268o Cardoso, Andreza Soares.
Objetivos do milênio (ODM) no Estado do Pará: houve avanços, retrocessos e estagnações? / Andreza Soares Cardoso, Roberto Araujo. — 2022.

70 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto Araújo de Oliveira dos SantosJúnior

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais,Belém, 2021.

1. Objetivos do milênio. 2. Gestão. 3. Amazônia. 4. Pará. I.Título.

CDD 338.92709811

ANDREZA SOARES CARDOSO

OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM) NO ESTADO DO PARÁ: HOUVE AVANÇOS, RETROCESSOS OU ESTAGNAÇOES?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Clima e dinâmica sócio-ambiental na Amazônia.

Linha de pesquisa: Ciências ambientais.

Data de avaliação: 28/06/2021

Banca Examinadora:

Profº. Drº. Roberto Araújo de Oliveira dos Santos Júnior - Orientador
Doutor em Ethnologie
Museu Paraense Emílio Goeldi

Profª. Drª. Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Membro Interno
Doutora em Geografia
Universidade Federal do Pará

Profª. Drª. Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo - Membro Interno
Doutora em Agronomia
Universidade Federal do Pará

Profº. Drº. Harley Silva - Membro Externo
Doutor em Economia
Universidade Federal do Pará

Profº. Drº. Luis Otávio do Canto Lopes - Membro Externo
Doutor em Desenvolvimento Rural
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho ao meu avô querido Nilo Matias Siqueira (in memorian) com todo amor do mundo e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto escrever esta tese de doutorado, foi utilizar um pequeno espaço para agradecer as pessoas que fizeram parte desta minha trajetória de 4 anos no curso de pós graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará / UFPA.

Inicio meus agradecimentos por meus pais, que sempre primaram pela minha educação. Obrigada Srº João Cardoso e Srª Ana Maria por, além de me oferecerem a oportunidade de estudar, sempre estarem presentes em minha vida e sou muito feliz por isso. Sem vocês nenhuma conquista valeria a pena.

Ao meu irmão Tiago e sua família, pela proteção e carinho que ambos partilhamos nesta breve existência. Em especial aos meus sobrinhos queridos Ana Luiza, Arthur e Heitor que com suas doçuras e "sapequices" de crianças, me ensinam a ser um ser humano melhor a cada dia.

Ao meu companheiro de vida Esmael, obrigada por tanto amor e paciência.

Ao meu orientador Profº Drº Roberto Araujo de Oliveira dos Santos Júnior, pela sabedoria transmitida, pelo carinho, paciência, compreensão de meus limites e amizade. A disponibilidade que sempre manifestou e a empatia com que recebeu minhas reflexões foram o estímulo que me permitiu vencer as inseguranças deste processo. E, mesmo sendo provável que neste período de trabalho em conjunto, eu o tenha decepcionado em algum momento, quero que saiba: que sempre me induziu a pensar criticamente e o que me ensinou sobre ética profissional, sobre responsabilidade e atitude positiva frente aos desafios muito me ajudou a concluir este trabalho. As divergências, que nem posso contar como muitas, ainda assim me fizeram crescer. Agradeço a confiança que depositou no meu trabalho. Espero sinceramente que possa se orgulhar dele.

Estendo meus agradecimentos aos meus eternos amigos pela compreensão de minha ausência, pelos telefonemas, pelas visitas aconchegantes e pelas palavras encorajadoras nos momentos em que mais precisei.

Agradeço ainda o apoio da Universidade Federal do Pará e a CAPES que me proporcionaram recursos financeiros sem os quais não teria sido possível a minha dedicação total ao presente trabalho.

No final, quero dizer que agradeço a Deus. No final porque, para mim, ele resume tudo e é o motivo de tudo.

“O mundo é um livro. Cada passo que damos abre-nos uma nova página” (Lamartine).

RESUMO

O ponto de partida, principal e fundamental, para deixar-se levar pelas reflexões desta tese de doutorado, é querer compreender a origem das discussões ambientais e como as ferramentas multidisciplinares deixadas por elas, refletiram nas diversas esferas sociais, econômicas e ambientais. E mais além, aprender com as lições deixadas após quinze anos do lançamento de uma agenda global, os Objetivos do Milênio, para uma realidade local. O problema da pesquisa é pautado no Estado do Pará, o qual o modelo de desenvolvimento econômico historicamente dominante no estado não conseguiu retirar uma parte significativa da população da pobreza. Portanto, os desafios do Pará vão muito além da conservação da floresta. O objetivo geral é realizar uma análise de cunho interdisciplinar do Estado do Pará, para o período de 1990 a 2015, com base nos Objetivos do Milênio (ODM) e compreender as influências e forças atuantes no Estado para o alcance ou não das metas de sustentabilidade propostas. Para avaliar os ODM no Pará, analisou-se 7 objetivos com 17 indicadores. Os resultados aqui apresentados mostram que persistem na região pobreza e problemas graves de saúde como malária e tuberculose. As mulheres têm pouca participação na política e são desfavorecidas no mercado de trabalho. Os óbitos maternos permanecem altos e o acesso da população ao saneamento básico é insuficiente. Por outro lado, o acesso à educação aumentou, as mulheres têm igualdade na educação e a mortalidade infantil caiu, o número de áreas protegidas na região aumentou significativamente, o desmatamento vem caindo ao longo dos anos, porém continua elevado. Sobre a compreensão dos fatores e forças atuantes que influenciaram no alcance dos ODM para o estado, os resultados corroboram as literaturas citadas. Reconhece-se que os problemas, de uma forma ou de outra, são transversais, incluem componentes técnicas, sociais, econômicas e políticas e nenhuma delas é separável das demais. Apesar dos avanços importantes na maioria dos objetivos, é necessário compreender que o momento histórico em questões socioambientais e as formas como são compreendidas e aplicadas as ferramentas de mensuração de sustentabilidade influenciam diretamente o cenário estadual. Conclui-se que agenda global apresentada neste trabalho introduz a necessidade de uma correlação entre mecanismos de planejamento, gestão e governança. No entanto, o esforço depreendido pelos segmentos sociais envolvidos foi bem-sucedido, mesmo com todas as limitações.

Palavras-chave: objetivos do milênio; gestão; Amazônia; Pará.

ABSTRACT

The main and fundamental starting point for getting carried away by the reflections of this doctoral thesis is to want to understand the origin of environmental discussions and how the multidisciplinary tools left by them, reflected in the various social, economic and environmental spheres. And beyond, learn from the lessons left fifteen years after the launch of a global agenda, the Millennium Goals, for a local reality. The research problem is ruled in the State of Pará, which the model of economic development historically dominant in the state has not managed to lift a significant part of the population out of poverty. Therefore, Pará's challenges go far beyond forest conservation. The general objective is to carry out an interdisciplinary analysis of the State of Pará, for the period from 1990 to 2015, based on the Millennium Goals (MDGs) and to understand the influences and forces acting in the State to reach or not the sustainability goals proposals. To assess the MDGs in Pará, 7 objectives with 17 indicators were analyzed. The results presented here show that poverty and serious health problems such as malaria and tuberculosis persist in the region. Women have little participation in politics and are disadvantaged in the labor market. Maternal deaths remain high and the population's access to basic sanitation is insufficient. On the other hand, access to education has increased, women have equal education and child mortality has fallen, the number of protected areas in the region has increased significantly, deforestation has been falling over the years, but remains high. On the understanding of the factors and acting forces that influenced the achievement of the MDGs for the state, the results corroborate the cited literature. It is recognized that the problems, in one way or another, are transversal, include technical, social, economic and political components and none of them is separable from the others. Despite important advances in most of the objectives, it is necessary to understand that the historical moment in socio-environmental issues and the ways in which sustainability measurement tools are understood and applied directly influence the state scenario. It is concluded that the global agenda presented in this paper introduces the need for a correlation between planning, management and governance mechanisms. However, the effort made by the social segments involved was successful, despite all the limitations.

Keywords: millennium goals; management; Amazon; State of Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Linha do tempo do estado da arte das discussões socioambientais - 1960 a 2015... 19

Quadro 1- Pará no contexto nacional até o ano de 2016. 24

Figura 2- Estado do Pará e suas 12 Regiões de Integração. 26

Quadro 2- Indicadores utilizados para avaliação dos ODM no Estado do Pará. 28

Gráfico 1- Pobreza e Extrema Pobreza no Estado do Pará entre 1991 e 2010. 30

Gráfico 2- Analfabetismo, nº médio de anos de estudo e frequência escolar - 1991 e 2015. . 31

Gráfico 3- Analfabetismo e Frequência Escolar (feminino e masculino) - 2000 a 2010..... 31

Gráfico 4- Proporção de homens e mulheres como Membros Sup. do Poder Público 32

Gráfico 5- Vínculos empregatícios formais entre 2009 e 2015, entre homens e mulheres. 33

Gráfico 6- Mortalidade até 1 ano e mortalidade até 5 anos no Pará entre 1991 e 2016. 33

Gráfico 7- Mortalidade materna no Estado do Pará entre 1991 a 2016. 34

Gráfico 8- Número de novos casos de HIV no estado do Pará, 2000-2013. 34

Gráfico 9- Número de óbitos por HIV por sexo no estado do Pará, 2000-2013. 35

Gráfico 10- Índice Parasitário Anual de malária no estado do Pará, 2008-2015. 35

Gráfico 11- Taxa de Incidência de Tuberculose no estado do Pará, 2008 a 2016. 36

Gráfico 12- Desmatamento acumulado no Estado do Pará – 1991 a 2015. 36

Gráfico 13- Número de Áreas Protegidas por ano de criação no estado do Pará, 1990-2014. 37

Gráfico 14- Acesso da população a abastecimento adequado de água 37

Gráfico 15- Alcance das metas dos Objetivos do Milênio do Estado do Pará. 38

Figura 3 – Participação das famílias cadastradas no CAD ÚNICO beneficiadas 39

Figura 4- Número de famílias atendidas no Programa Bolsa Família até 2015. 40

Figura 5- Taxas de aprovação no ensino fundamental até 2015. 41

Figura 6- Vínculos empregatícios total por Região de Integração no ano de 2015. 42

Figura 7- Agentes Comunitários de Saúde por mil habitantes por Região de Integração 43

Figura 8- Redução da taxa de mortalidade infantil no Estado do Pará entre 2013 e 2014 44

Figura 9- Taxa de evolução da mortalidade materna por Região de Integração em 2015..... 45

Figura 10 – Desmatamento acumulado no Pará e suas RI e os avanços dos ODM em 2015 .. 47

Gráfico 16- Linha do tempo e o momento histórico do Pará entre 2000 e 2015 49

LISTA DE SIGLAS

CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CFC	Clorofluorcarbonetos
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
EACS	Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
ISA	Instituto Socioambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEFLOR Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS	Índice de Progresso Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPG7	Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil
PPCDAm	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPA	Plano Plurianual
PEAS	Plano Estadual de Assistência Social
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNSB	Plano Nacional de Saneamento Básico

PPCAD	Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento
RESEX	Reserva Extrativista
SAS MS	Secretaria de Atenção a Saúde
SESPA	Secretaria de Saúde do Estado do Pará
SUS	Sistema Único de Saúde
SISEP	Sistema de Informação de Saneamento Básico
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Pará
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL 14

1.1 Referencial teórico 15

1.1.1Estado da arte das discussões socioambientais 15

1.1.1Do global para o local: os ODM e sua importância para Amazônia. 21

1.1.2Desenvolvimento Sustentável e a realidade paraense. 22

1.2 Problema da pesquisa 23

1.3 Objetivos 25

1.3.1 Geral 25

1.3.2 Específicos 25

1.4 Material e métodos 26

1.4.1Abordagem e tipo de pesquisa 26

1.4.2 Área da investigação 26

1.4.3 Instrumentos da pesquisa 27

1.4.4 Análise dos dados 27

2 RESULTADOS 30

2.1 Análise do estado do Pará, no período de 1990 a 2015, com base nos ODM 30

2.2 Fatores e forças atuantes que influenciaram no alcance de resultados para o estado do PA 39

3 DISCUSSÃO 51

4 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES 56

5 CONCLUSÕES 58

REFERÊNCIAS 59

APÊNDICE A – CONSTRUÇÃO DO BANCO DE INDICADORES DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO PARA O ESTADO DO PARÁ, REGIÕES DE INTEGRAÇÃO E MUNICÍPIOS, DE 1991, 2000, 2010 e 2015. 64

APÊNDICE B – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O IDEÁRIO INSTITUCIONAL: UM EXECÍCIO A PARTIR DOS ODM E ODS. **65**

1 INTRODUÇÃO GERAL

Esta tese consiste numa pesquisa interdisciplinar, cujo conteúdo e estrutura respondem algumas indagações no que tece o objeto de estudo.

O primeiro momento faz uma descrição do estado da arte das discussões socioambientais numa escala de tempo e apresenta um referencial teórico-analítico que faz um paralelo entre os acontecimentos endógenos (Brasil, Amazônia, Pará) e exógenos (Internacionais). Esta introdução geral permite uma amostra do que este estudo se trata, apresentando o problema da pesquisa, os objetivos e os métodos utilizados para se obter os resultados.

No segundo momento, descrevem-se os resultados, os quais convergem com os objetivos da tese. Os resultados tratam-se das análises do alcance das metas dos Objetivos do Milênio no estado do Pará. Um dos produtos desses resultados é o artigo: Indicadores de Sustentabilidade e o Ideário Institucional: Um exercício a partir dos ODM e ODS.

O terceiro momento discute-se os resultados obtidos, no qual, busca-se a compreensão dos fatores e forças atuantes que influenciaram nos resultados no alcance das metas dos Objetivos do Milênio no Estado do Pará.

O quarto momento desta tese apresenta as principais recomendações para o Estado do Pará frente a uma agenda global e a realidade local.

Por fim, as conclusões, que trazem elementos importantes para a compreensão do momento histórico do Estado do Pará no que tange a implantação de agendas e políticas públicas exógenas e seus efeitos na sociedade local.

O ponto de partida, principal e fundamental, para deixar-se levar pelas reflexões desta tese de doutorado, é querer compreender a origem das discussões ambientais e como as ferramentas multidisciplinares[1] deixadas por elas, refletiram nas diversas esferas sociais, econômicas e ambientais.É querer entender como as mudanças de paradigma construíram sistemas sociais, econômicos e ambientais mais propícios para a sociedade, embora muitas vezes com divergências de ideias e pensamentos.É querer olhar de perto, os resultados de longos anos de discussões e construções nas esferas global e local.Muitos desses resultados se devem as inquietações de pensadores modernos e contemporâneos das esferas socioambientais. Pensamentos inquietos deixaram como gatilho, a responsabilidade de

[1]Ferramentas multidisciplinares são utilizadas para mensurar indicadores de sustentabilidade, como por exemplo: Objetivos de Milênio, Pegada Ecológica, Barômetro da Sustentabilidade, entre outros (VAN BELLEN, 2004).

entender conceitos e como podemos aplicá-los num mundo dinâmico e divergente. E mais além, aprender com as lições deixadas após quinze anos do lançamento de uma agenda global, os Objetivos do Milênio, para uma realidade local.

1.1 Referencial teórico

1.1.1 Estado da arte das discussões socioambientais

Ao fim da segunda Guerra Mundial (1945), surgem obras de conservacionistas que seguem a mesma linha de alerta para a situação de gradual fragilidade a qual se sujeitavam os recursos ecológicos, consolidando-se um lastro para o que viria a ser o discurso da sustentabilidade (GONÇALVES, 2017).

Décadas depois, as obras "Silent Spring" (CARSON, 1962) e "A bomba populacional" (EHRLICH, 1968), alertavam sobre crescimento exponencial da população, davam visibilidade aos avanços da pressão humana sobre os ecossistemas, assinalavam a progressão da erosão dos solos, do desflorestamento, da diminuição das reservas de água doce, da poluição, do desperdício de recursos, da acumulação de resíduos tóxicos, chegando à conclusão de que se estavam acumulando disfuncionalidades que colocavam em cheque o futuro de várias espécies entre as quais se incluía a humana. Nestas obras, desenham-se os moldes para o que viria a ser um forte e globalizado, movimento ambientalista. Em âmbito local (década de 60), ocorria a inauguração da estrada Belém-Brasília, cujo contexto estava inserido na ideia de integrar a Amazônia ao restante do país[2].

Em 1968, foi fundado o clube de Roma, um projeto lançado por um grupo de cientistas, entre educadores, economistas, humanistas, industriais e técnicos de instituições nacionais e internacionais, cujo objetivo era abrir as discussões ambientais de maneira que a humanidade começasse a questionar o modelo de economia e exploração praticados na época (MCCORMICK, 1992; OLIVEIRA, 2012).

Em 1972, impulsionado pelas ideias do clube do Roma, foi publicado o livro "The Limits to Growth" (MEADOWS, 1972). Esta obra modelou as consequências do crescimento

[2] A construção da estrada Belém-Brasília foi a principal intervenção estatal na região amazônica durante o interregno democrático (1946-1964). Era entendida por setores da imprensa como a possibilidade de integração da região amazônica ao restante do País e à nova capital que estava sendo construída, Brasília. A estrada tiraria a Amazônia de um isolamento histórico, além de representar a vitória definitiva do homem contra a natureza, considerada uma das principais vilãs do progresso e do desenvolvimento da região (ANDRADE, 2019).

rápido da população mundial considerando os recursos naturais limitados (RATTNER, 1979; LEMOS, 1991; OLIVEIRA, 2012).

No mesmo ano (1972) em articulação com estes movimentos, ocorreu em Estocolmo, a primeira grande conferência de chefes de estados para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente. Acoplada à crescente conscientização da finitude dos recursos disponibilizados pelo planeta emerge a crise do petróleo de 1973. Segundo Gonçalves (2017), o impacto da crise demonstrava que os limites eram reais, porquanto, tinham implicações concretas na forma como as sociedades (mormente as tidas como mais desenvolvidas) se organizavam. Ao mesmo tempo, vinha à tona o relato dos químicos Mário J. Molina (mexicano) e Sherwood Rowland (americano), sobre o uso dos clorofluorcarbonetos (CFC´s), grandes responsáveis pela destruição da camada de ozônio. Surge também em 1974, a convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). Simultaneamente, na Amazônia, era inaugurada a rodovia transamazônica, que segundo Castro (2005), foi impulsionada pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para mercados internos e pela necessidade de atender a pauta de exportação de recursos primários, como madeira, minério e agroextrativos.

Dando continuidade ao sentido da discussão, emerge a necessidade de gerar um conjunto de princípios que corporizem uma visão global para redirecionar a trajetória preocupante por onde seguia o progresso no planeta. Assim, os contornos do conceito de desenvolvimento sustentável só se especificam em 1987 (Relatório de Brundtland), data a partir da qual passou a ser adotado (com, ou sem, substância) como referência para todas as políticas de desenvolvimento (GONÇALVES, 2017). Nessa mesma época, o cenário local era fortemente marcado pela luta do ambientalista de Chico Mendes[3], bem como a auge do garimpo da Serra pelada[4].

No relatório de Brundtland, reconhece-se que todos os planos da sociedade e que todas as nações que a compõem comportam interpenetrações. Permitiu que se concluísse que os

[3]Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, foi seringueiro, ativista político e um dos maiores defensores das florestas brasileiras. Chico Mendes foi pioneiro e inovador ao formular o conceito das reservas extrativistas (Resex) da Amazônia, que depois foi expandido para outros biomas brasileiros. A luta do ambientalista ainda inspirou a criação de uma série de programas e leis ambientais, além de dar seu nome ao principal órgão do governo para a gestão de unidades de conservação federais: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (WWF Brasil, 2018).

[4]A busca pelo ouro no garimpo de Serra Pelada na década de 1980 no Pará deslocou um contingente de milhares de garimpeiros e outros aventureiros que se arriscaram numa busca frenética pelo metal alimentada pelo sonho de enriquecimento rápido. Dos muitos que para lá foram tentar a sorte provinham de diversas regiões do país, sendo em sua maioria oriundos do sudoeste do Maranhão (LAVARDA, 2017).

problemas, de uma forma ou de outra, eram transversais, incluíam componentes técnicas, sociais, econômicas e políticas e nenhuma delas seria separável das demais (CMMAD, 1988).

A razão apontada para a acumulação de problemas com expressão global seria a incapacidade de perceber a complexidade das relações que se estabeleciam nessa escala. Assim, o documento refere que as marcas das falhas deviam-se ao fato de se continuar a analisar seções isoladas dos problemas sem que se percebesse que o todo era mais do que a soma das partes e que as mudanças num dos elementos implicavam mudanças em todos os outros (REDCLIFT, 1987; SACHS, 2004; VEIGA, 2005; VEIGA, 2014; GONÇALVES, 2017).

Em 1992, representantes de 178 países reuniram-se (no Brasil) para decidir que medidas tomar para conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de outras gerações. A intenção, nesse encontro, era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. A conferência teve como resultado, a produção de alguns documentos oficiais fundamentais, como a Agenda 21 e a introdução de indicadores de sustentabilidade como forma de monitoramento do desenvolvimento (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997).

Ao mesmo tempo, no cenário amazônico, o preceito de uma associação entre Governo-Sociedade-Ciência afirma-se no plano do desenvolvimento regional, através de programas financiados pela cooperação internacional, como o PPG-7[5] (Programa Piloto do Grupo dos Sete Países Ricos para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) (SANTOS JUNIOR; LÉNA, 2010).

A década de 2000 chega com as discussões sobre sustentabilidade bastantes acaloradas. As Nações Unidas acenaram para sociedade civil e governos a olhar com atenção alguns desafios que o planeta enfrentava e convidou todos, a se engajarem em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): metas a serem atingidas até o ano de 2015 (ONU, 2000).

Na mesma década, se acordava o protocolo de Kyoto, com o objetivo de redução dos gases que causavam o aquecimento global. Nesse momento, vivemos uma quádrupla crise:

[5]Segundo SANTOS JUNIOR e LÉNÁ (2010), os "projetos socioambientais" tornaram-se um modo de gestão adotado inclusive pelo Estado, e órgãos ou agências governamentais participam ativamente da sua realização, fornecendo contrapartidas (também) financeiras e dando-lhes fundamentos legislativos. O PPG-7 também desenvolveria o Programa "Centros de Excelência", destinado a capacitar os Institutos de Pesquisa Regionais para a tarefa de subsidiar com argumentos técnico-científicos as bases sustentáveis de um novo desenvolvimento.

climática, alimentar, energética e financeira, e segundo Diniz (2008) estas estão entrelaçadas, fato que poucos conseguem enxergar e articular. Na Amazônia, os anos de 2000 a 2010, foram marcados pela intensificação de conflitos de terra (BRASIL, 2010)[6] e pela forte expansão da pecuária (RIVERO et al., 2009).

Vinte anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o mundo continua tentando se articular, e dessa vez, como o advento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O objetivo da Conferência foi renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto.

Os estudos continuam avançando alinhados aos acontecimentos recentes, como mostram Rockström et al. (2009) e Steffen et al. (2015), sobre "Fronteiras Planetárias[7]". Os autores traçam um quadro dos limites planetários e definem um espaço operacional seguro para a humanidade com base nos processos biofísicos intrínsecos que regulam a estabilidade do Sistema Terra. Segundo os autores, os diferentes estudos não visam ditar a forma como a sociedade humana deva se desenvolver, mas pode ajudar a sociedade civil e os tomadores de decisão na definição de um espaço operacional seguro para a humanidade e a vida na Terra (ROCKSTRÖM et al., 2009; STEFFEN et al.,2015).

Todavia, posições contrárias a se continuar empregando a noção de sustentabilidade, mas por razões diametralmente inversas, está na abordagem de outros autores, como nos artigos "Replacing sustainability" (CRAIG; BENSON, 2013) e "The end of sustainability" (BENSON; CRAIG, 2014). Para esses autores, a invocação contínua da sustentabilidade nas discussões de políticas ignora as realidades emergentes do Antropoceno[8], caracterizado pela extrema complexidade, incerteza e mudança radical sem precedentes. Em um mundo assim, é impossível até mesmo definir – e muito menos perseguir – a sustentabilidade. Não porque seja uma má ideia, mas porque é duvidoso que esse conceito ainda seja útil para a governança

[6]A cada ano, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, lança à opinião pública, seu relatório sobre os conflitos do campo brasileiro. Uma espécie de PNUD da problemática agrária no Brasil, que é esperado e acolhido, até por meios de comunicação nada propícios para a denúncia da injustiça rural e para a reforma agrária verdadeira. A seriedade e a precisão do relatório se impuseram, no Brasil e no exterior (BRASIL, 2010).

[7]Foram identificadas nove dimensões centrais, para a manutenção de condições de vida decentes para as sociedades humanas e o meio ambiente e indicava que os limites já foram ultrapassados em 3 dimensões e estavam se agravando nas demais.

[8]"Antropoceno é um termo formulado por Paul Crutzen, onde o prefixo grego "antropo" significa humano e o sufixo "ceno" denota as eras geológicas. É reconhecido como a nova época geológica (VIEIRA, TOLEDO, HIGUCHI, 2018).

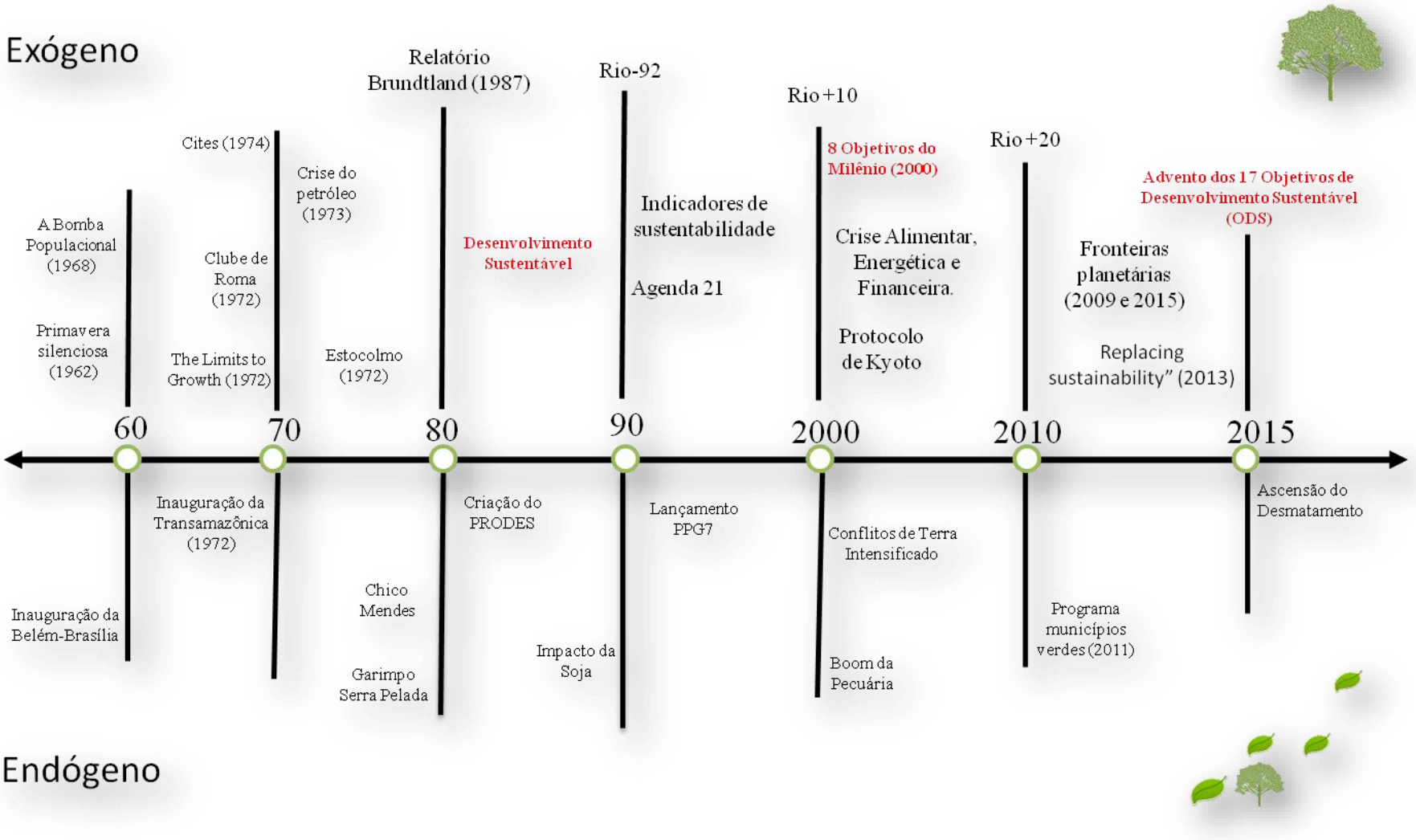
ambiental. Por isso, propõem uma mudança de foco: de “sustentabilidade” para “Resiliência” (CRAIG; BENSON, 2013; BENSON; CRAIG, 2014).

Porém, para Veiga (2014), parecem ocorrer dois equívocos nessas teorias: um epistêmico e outro de avaliação sobre o processo histórico que legitimou a sustentabilidade como um novo valor. É consensual na comunidade científica abordar a resiliência como um dos principais vetores da sustentabilidade, isto é, um dos meios de atingir tal fim (VEIGA, 2014).

No mais, o projeto de um desenvolvimento sustentável e o valor sustentabilidade não parou de ganhar força social, como bem mostra os debates sobre os Objetivos do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A seguir, construiu-se uma linha do tempo espacializando o estado da arte das discussões socioambientais entre 1960 a 2015 (Figura 1).

Figura 1- Linha do tempo do estado da arte das discussões socioambientais no período de 1960 a 2015.



Fonte: Dos autores, 2019.

1.1.1 Do global para o local: os Objetivos do Milênio (ODM) e sua importância para Amazônia.

Como resultado de grandes Conferências Internacionais, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU de 2000, em Nova Iorque, conhecida como a Cúpula do Milênio, estabeleceu os 8 Objetivos do Milênio (ODM). Estes indicavam níveis e prazos para reduzir a pobreza no mundo, em suas múltiplas dimensões, tais como a igualdade de gênero, a educação e o respeito ao meio ambiente, em coerência com os direitos humanos básicos – como a saúde, a educação, a moradia (ONU, 2000).

O advento dos Objetivos do Milênio surgiu em um novo contexto em termos de teorias de desenvolvimento e de metodologias de gestão. O desafio para esse instrumento era introduzir a realidade local nas metas globais pré-estabelecidas. Seu alcance é monitorado, no âmbito mundial, pela ONU. Em âmbito nacional, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA tem feito relatórios regulares para indicar os avanços conseguidos no Brasil. Em âmbito municipal, o Portal ODM sistematizava[9] dados para o monitoramento da situação dos ODM em cada um dos municípios do país.

Neste sentido, as pesquisas com indicadores na Amazônia avançaram, a exemplo de estudos como "A Amazônia e os Objetivos do Milênio" (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007); "Índice de Progresso Social Amazônia– IPS" (SANTOS et al., 2014); Estudos com o Barômetro da Sustentabilidade (PEREIRA ; VIEIRA, 2016; CARDOSO, TOLEDO; VIEIRA, 2016); "Índices de desenvolvimento sustentável aplicados à Amazônia Legal como subsídios a políticas de combate ao desmatamento" (VALE, 2017); "Sustentabilidade urbana na região de Santarém/Pa nos anos 2000 e 2010" (FERREIRA; VIEIRA, 2018); E mais recente fruto desta tese, "Indicadores de Sustentabilidade e o ideário institucional: Um exercício a partir dos ODM e ODS" (CARDOSO;SANTOS JUNIOR, 2019). Todos esses estudos possuem objetivos comuns, o de verificar os avanços e entender a lógica do desenvolvimento sustentável das regiões estudadas.

Contudo, a carência de estudos específicos para o Estado do Pará e municípios, motiva a continuação deste tipo de pesquisa, uma vez que essa abordagem exige aspectos mais amplos, multi-institucionais e integrados. Conhecer e compreender a história e as particularidades locais é um processo importante para aplicação de metodologias de mensuração da sustentabilidade.

[9] Portal ODM foi substituído pela Plataforma Agenda 2030.

Sendo assim, as metas e os indicadores usados para medir os Objetivos do Milênio representam uma abordagem inovadora para avaliar o desenvolvimento e orientar ações para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais (CELENTANO et al., 2007).

1.1.2 Desenvolvimento Sustentável e a realidade paraense.

Os problemas que se acentuam e pautam a agenda da Amazônia são desmatamento, pobreza e conflitos agrários (BRANDÃO et al., 2021). De todos os estados Amazônicos, o Pará tem assumido recentemente especial protagonismo na agenda de floresta e clima. Várias manifestações públicas dos governos estadual e municipal vêm reafirmando o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável. Contudo, apenas vontade política não é suficiente. O desafio de fortalecer a agenda de desenvolvimento sustentável na região é tremendo e requer o compromisso de todos os atores (BRANDÃO et al.,2021).

As duas primeiras décadas do século XXI trouxeram enorme esperança pelos formidáveis avanços iniciais realizados nestes temas (desmatamento, pobreza e conflitos agrários), mas terminam com um gosto amargo e a sensação de que tudo continua por fazer (BRANDÃO et al., 2021).

Becker (2009), já sinalizava sobre as políticas públicas para região amazônica, no sentido de apresentarem e retratarem interesses ambíguos e conflituosos. De um lado, o favorecimento de novas infraestruturas, suporte para o desenvolvimento econômico pautado somente na racionalidade econômica, principalmente do agronegócio em grande escala. De outro, políticas focadas nos interesses das populações locais e na sustentabilidade socioambiental, destacando a importância do desenvolvimento de biotecnologias que pautem um novo modelo de produção na Amazônia (BECKER, 2009).

Percebe-se então, que as questões pontuais na lógica de solução de problemas na Amazônia levam adicionalmente a necessidade de uma melhor compreensão das forças que atuam no palco de ações/intervenções/modificações do homem e seu impacto no futuro (TOLEDO, 2014). Para Toledo (2014), uma região que possui grandes extensões de habitats ainda pouco modificados desde o período pré-colonial precisa criar uma série de arcabouços metodológicos que consigam aglutinar esses diversos fenômenos e conectá-los com as dinâmicas atuais, sejam elas naturais ou antrópicas.

Uma publicação lançada a luz da ciência interdisciplinar, por Vieira et al. (2014), reúne diversos pensadores, os quais contribuem para que muitos questionamentos sejam

respondidos e nos fazem refletir sobre esse imenso bioma chamado Amazônia. Dessa forma, para a realidade amazônica, em particular a paraense, há um consenso entre os pensadores, de que é necessário definir melhor, o que é de fato desenvolvimento sustentável, e quais os parâmetros que serviriam para avaliar o bioma, tendo em vista a multidisciplinaridade envolvida na investigação (VIEIRA; TOLEDO; SANTOS JUNIOR, 2014).

1.2 Problema da pesquisa

O Pará é o segundo Estado mais populoso da região Norte do Brasil com mais de 8 milhões (IBGE, 2016) de habitantes distribuídos num vasto território duas vezes maior que a França. Se fosse um país, o Pará seria o 23º maior do planeta. Apesar das reconhecidas riquezas naturais e de ser a maior economia da região Norte e está em 13º no ranking nacional em Produto Interno Produto (PIB) (FAPESPA, 2017), o modelo de desenvolvimento econômico historicamente dominante no estado não conseguiu retirar uma parte significativa da população da pobreza. Nota-se, portanto, que os desafios do Pará vão muito além da conservação da floresta.

Em 2016, o Estado liderou as taxas de evasão escolar (ensino fundamental e médio) (FAPESPA, 2017). No quesito saúde, o Pará foi o estado brasileiro que mais contabilizou casos de gravidez na adolescência (FAPESPA, 2017). Sobre o programa bolsa família, o Pará se posicionou em sétimo lugar no ranking nacional, como o estado com maior número de famílias cadastradas no programa. Esses números significam que uma parte significativa da população se encontra em faixas de pobreza ou extrema pobreza.

Apesar dos enormes desafios, o Pará tem pela frente extraordinárias oportunidades. Apesar da dinâmica acentuada de desmatamento, o Pará ainda abriga o segundo maior estoque de floresta tropical em pé, cerca de dois terços do seu território segundo o INPE (69%), o equivalente a 6% do total de florestas tropicais do mundo (STICKLER et al., 2018). Este patrimônio natural, para além do seu valor sociocultural, constitui clara oportunidade de valorização da economia da floresta em pé, agenda que vem conquistando espaço na Amazônia.

A vocação agropecuária do Pará abre também boas possibilidades de desenvolvimento sustentável. O Estado possui área considerável já desmatada (21%) (EMBRAPA; INPE, 2014), valor próximo à área total do Reino Unido, onde pode ampliar e diversificar a sua produção. A maioria dessa área é coberta por pastagens: cerca de 16 milhões de hectares (EMBRAPA; INPE, 2014) caracterizadas por baixa produtividade (entre 1 e 1.5 cabeças por

hectare). Considerando as várias iniciativas de intensificação que mostram a possibilidade e viabilidade de pelo menos triplicar essa produtividade, é perfeitamente possível aumentar o rebanho bovino estadual sem abrir novas áreas, ao mesmo tempo em que se estimula esses empreendedores a se adequarem do ponto de vista ambiental e trabalhista.

Em suma, os desafios são múltiplos e complexos, mas as oportunidades existem e já estão sendo implementadas em alguns nichos. Conseguir escalar todas essas oportunidades e criar um ambiente político-institucional favorável para que essa mudança de paradigma ocorra, é o grande objetivo. Para tal, o governo tem papel central a desempenhar, mas o setor privado e sociedade civil são também atores fundamentais para a mudança de paradigma de desenvolvimento. O quadro a seguir faz uma síntese dos principais indicadores do Estado do Pará no contexto nacional até o ano de 2016 (Quadro 1).

Quadro 1- Pará no contexto nacional até o ano de 2016.

Principais indicadores		Pará	Brasil	Ranking
Território km² (2016)		1.247.950,00	8.502.728,30	2º
Demografia (2016)		8.272.724	206.081.432	9º
Educação (2016)	Matriculas no ensino fundamental	1.465.578	27.588, 905	5º
	Matriculas no ensino médio	364.418	8.131, 988	7º
	Taxa de evasão escolar no ensino fundamental	4,4	1,9	2º
	Taxa de evasão escolar no ensino médio	16,8	6,8	1º
Saúde (2015)	Mortalidade materna	60,84	59,60	17º
	Mortalidade infantil	15,07	12,42	7º
	Mortalidade na infância	17,61	14,27	6º
	Gravidez na adolescência	26,47	18,14	2º
Inclusão social (2016)	Famílias cadastradas no programa bolsa família	898.914	13.569, 576	7º
Segurança (2015)	Taxa de homicídio total	44,62	27,49	5º
	Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos	84	58	7º
Habitação e saneamento (2015)	Rede geral de água	52,34	84,54	25º
	Rede geral de esgoto e fossa séptica	61,81	79,49	18º
	Coleta de lixo	72,51	88,84	25º
Meio ambiente (2015)	Desflorestamento acumulado 2015 (Km²)	259. 344	769. 903	1º
	Focos de calor	45.202	164.455	-
Mercado de	Taxa de ocupação (%)	92,29	90,39	10º

trabalho (2015)	Taxa de desocupação (%)	7,71	9,61	18º
	Remuneração média	2.273	2.541	23º
Pib (2014)	Pib	130.883	5.995.787	13º
Balança comercial (2016)	Exportação (US$)	10.511.327.726	179.642.039.186	7º
	Importação (US$)	1.104.081.440	137.551.899.071	17º
Ciência e tecnologia (2015)	Investimento em bolsas e fomento a pesquisa	35.180,74	2.380.814,56	12º
	Nº de doutores	2.653	140.272	14º
Infraestrutura (2015)	Produção de energia elétrica (gwh)	38.303,59	581.486,12	4º
	Energia elétrica cobertura domiciliar	98.3	99,71	16
	Canalização interna	86,70	95,64	25º

Fonte: Pará no contexto nacional – FAPESPA, 2017.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Realizar uma análise de cunho interdisciplinar do Estado do Pará, para o período de 1990 a 2015, com base nos Objetivos do Milênio (ODM) e compreender as influências e forças atuantes no Estado para o alcance ou não das metas de sustentabilidade propostas.

1.3.2 Específicos

- Avaliar os possíveis avanços, retrocessos e estagnações do Estado do Pará, com base nos Objetivos do Milênio para o período de 1990 a 2015.

- Compreender, com base nos Objetivos do Milênio, quais fatores influenciaram no alcance de resultados para o Estado.

1.4 Material e métodos

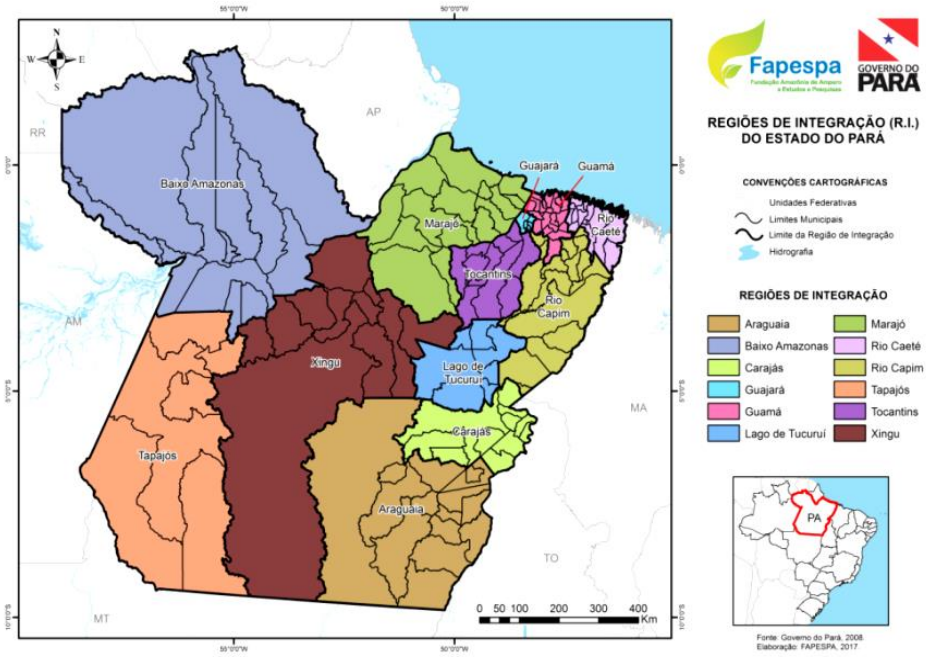
1.4.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa sistêmica qualitativa e quantitativa, de cunho multidisciplinar objetivando conhecer a sustentabilidade a partir de uma perspectiva ampla e integrada contemplando as dimensões consideradas essenciais para o desenvolvimento sustentável. (RICHARDSON, 1999). Quanto à natureza da pesquisa, pode-se considerar uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva. Pesquisa aplicada devido à aplicação de um instrumento já construído; exploratória e descritiva porque busca a compreensão, análise e a relação dos dados e informações obtidos através de documentos, bibliografias e observações. (COLLIS; HUSSEY, 2005; GIL, 2010).

1.4.2 Área da investigação

A área da investigação será o Estado do Pará, situado na região norte, que compreende 144 municípios distribuídos em 12 regiões de integração e cobre cerca de 1.247.955,24de quilômetros quadrados (16,66% do território brasileiro), correspondendo assim a 2ª maior área territorial do Brasil (IBGE, 2018)(Figura 2).

Figura 2- Estado do Pará e suas 12 Regiões de Integração.



Fonte: Governo do Pará / (FAPESPA, 2016).

1.4.3 Instrumentos da pesquisa

Objetivos do Milênio (ODM)

O acesso aos objetivos, metas e indicadores serão através das estatísticas disponibilizadas no Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD, IBGE, IPEA, FAPESPA e publicações científicas referentes ao assunto.

Dados coletados

Os dados a serem coletados se referem a todo Estado do Pará e 144 municípios, nos períodos de 1990 à 2015.

1.4.4Análise dos dados

Para avaliar os ODM no Pará, analisou-se 7 objetivos com 17 indicadores (Quadro 2). O método de avaliação baseou-se em estudos anteriores como os relatórios nacionais de acompanhamento e outros estudos aqui citados, os quais utilizaram séries históricas dos indicadores e suas evoluções. Os indicadores apresentados são aqueles propostos pela ONU disponíveis para o Pará, além de outros complementares. No entanto, há uma severa limitação na frequência de levantamento e atualização de dados municipais. Isso dificulta uma análise comparativa entre 1990 (ano base) e o ano mais recente (2015), necessária para o caso dos ODM.

Quadro 2-Indicadores utilizados para avaliação dos Objetivos do Milênio no Estado do Pará.

Objetivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome	1 Pobreza extrema. População com renda domiciliar per capita mensal inferior a R$ 37,75 (25% do salário mínimo no ano 2000), ou US$ 0,69/dia. Fonte: IPEA. 2 Pobreza. População com renda domiciliar per capita mensal inferior a R$ 75,50 (50% do salário mínimo no ano 2000), ou US$ 1,38/dia. Fonte: IPEA.
Objetivo 2: Atingir o Ensino Básico Universal	3 Analfabetismo. % da população com idade igual ou superior a 15 anos incapaz de ler ou escrever um bilhete simples. Fonte: PNAD. 4 Número médio de anos de estudo para população com idade igual ou superior a 25 anos. Fonte: PNAD. 5 Frequência escolar. Proporção de crianças (7 – 14 anos) e jovens (15 – 17 anos) que frequentam o ensino fundamental e médio. Fonte: PNAD.
Objetivo 3: Promover a Igualdade entre os Gêneros e a Autonomia das Mulheres	6 Educação feminina. Frequência escolar (%) e Proporção da população feminina (≥ 15 anos) analfabeta. Fonte: IBGE. 7 Mulheres na política. Proporção de mulheres exercendo cargos de representação política no executivo e legislativo. Fonte: TSE. 8 População economicamente ativa. Proporção da população (masculina e feminina) com idade de trabalhar que está economicamente ativa. Fonte: IBGE.
Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil	9 Mortalidade até 1 ano de idade por mil crianças nascidas vivas. Fonte: PNUD. 10 Mortalidade até 5 anos de idade por mil crianças nascidas vivas. Fonte: PNUD.
Objetivo 5: Melhorar a Saúde Materna	11 Óbitos maternos durante a gestação (independente da sua duração) ou até 42 dias após seu término, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela (OMS 1997). Fonte: MS.
Objetivo 6: Combater Doenças como Aids, Malária e Tuberculose	12 HIV/Aids. Taxa de incidência de Aids para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS. 13 Malária. Taxa de incidência de malária para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS. 14 Tuberculose. Taxa de incidência de tuberculose para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS.
Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental	15 Desmatamento. Área de desflorestamento anual. Fonte: INPE. 16 Áreas Protegidas. % de Áreas Protegidas por Terras indígenas e Unidades de Conservação. Fonte: ISA, IBAMA, IDEFLOR-BIO. 17 Água e Esgoto. População (%) com abastecimento adequado de água (rede geral com canalização interna ou por meio de poço ou nascente com canalização interna) e com instalações adequadas de esgoto (banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora). Fonte: IPEA.
Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento	Não foi mensurado[10]

Fonte: Adaptado de Celentano e Veríssimo (2007).

[10] Objetivo não mensurado pela subjetividade e insuficiência de dados para o período analisado.

- ODM 1:Apresentava como metas globais: "Até 2015, reduzir a extrema pobreza à metade do nível de 1990" e "Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990". Para avaliar a situação desse objetivo no Pará, analisaram-se os indicadores: porcentagem da população pobre e porcentagem da população na extremamente pobre.
- ODM 2:Tinha uma única meta, que era a de “Até 2015, garantir que meninos e meninas tenham a oportunidade de terminar o ensino primário”. Analisaram-se três indicadores: taxa de analfabetismo para população com idade igual ou superior a 15 anos; número médio de anos de estudo da população com idade igual ou superior a 25 anos; e taxa de frequência escolar (6 a 17 anos).
- ODM 3:Tinha como meta eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015. Analisaram-se três indicadores: educação feminina (analfabetismo e frequência escolar); proporção de mulheres exercendo cargos de confiança; população feminina economicamente ativa.
- ODM 4:A meta era a redução em 2/3 da taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos de idade de 1990 a 2015. Analisaram-se dois indicadores: mortalidade até 1 ano de idade e mortalidade até 5 anos de idade.
- ODM 5: A principal meta era “Até 2015, reduzir a mortalidade materna em três quartos do nível observado em 1990”. Analisou-se como indicador o número de óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos.
- ODM 6:Abrangia três metas: “Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/Aids”, “Até 2010, universalizar o acesso ao tratamento de HIV/Aids” e “Até 2015, reduzir a incidência de malária e outras doenças. Analisaram-se três indicadores: taxa de HIV/Aids (Gráfico 8, 9); Índice Parasitário Anual de malária (Gráfico 10); Taxa de Incidência de Tuberculose.
- ODM 7: É assegurar a sustentabilidade ambiental. Para alcançá-lo, os países têm que atingir quatro metas: duas relativas à proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, e duas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico, e à melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários. Analisaram-se três indicadores: Área desmatada; Número de Áreas Protegidas; Saneamento básico.

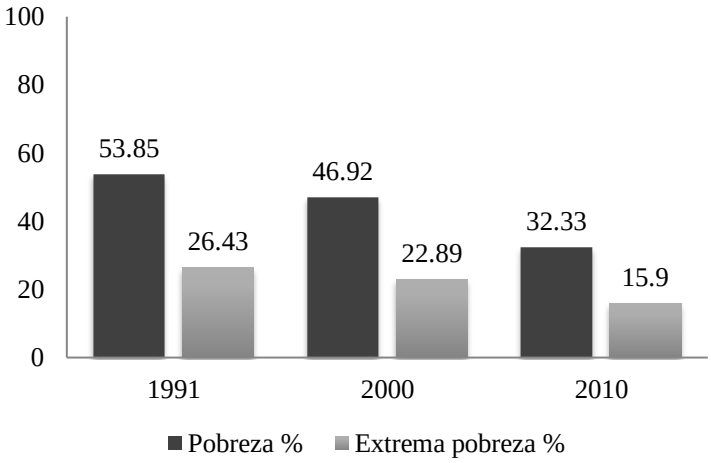
2 RESULTADOS

2.1 Análise do estado do Pará, no período de 1990 a 2015, com base nos objetivos do milênio.

Objetivo 1:Erradicar a extrema pobreza e a fome

Em 1991, 26,43% da população paraense viviam com renda domiciliar *per capita* mensal inferior a ½ salário mínimo, caindo para 15,9% em 2010. Se a tendência permanecer com essa redução, até 2015 a meta é alcançada (que seria de 13,21%). A avaliação para anos posteriores é importante para que se observem quais ações foram feitas para que esses indicadores saíssem da inércia e o que acontecia naquele momento histórico de acompanhamento do indicador (Gráfico 1).

Gráfico 1- Pobreza e Extrema Pobreza no Estado do Pará entre 1991 e 2010.



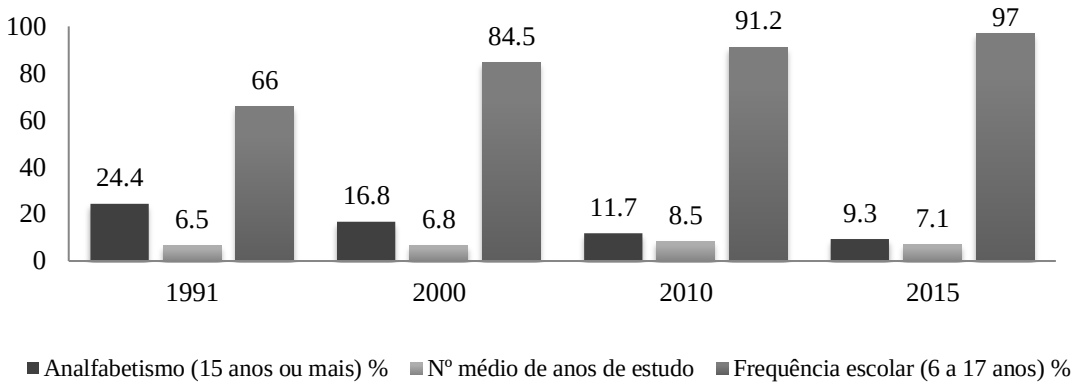
Fonte: (FAPESPA, 1991 a 2010).

Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

Os resultados para o indicador de analfabetismo apontam uma redução entre 1991 e 2015. Esse percentual passou de 24,4% para 9,3%, no Estado. Para o número médio de anos de estudo, a média de anos de estudo passou de 6,5 anos para 7,1 anos. Quanto à frequência escolar, em 1991, 66% da população de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico regular

com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2015, essa taxa já era 97%, indicando um aumento da presença de crianças e jovens nas escolas (Gráfico 2).

Gráfico 2- Analfabetismo, número médio de anos de estudo e frequência escolar para o Estado do Pará entre 1991 e 2015.

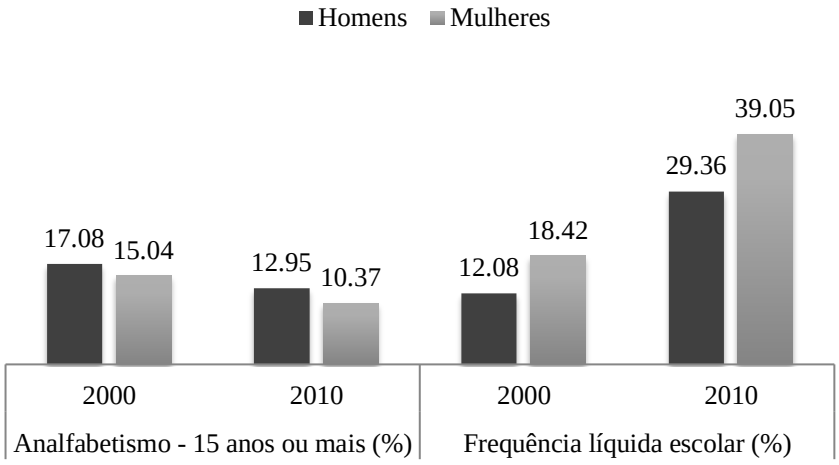


Fonte: (INEP, 1991 a 2015).

Objetivo 3: Promover a igualdade entre gêneros e a autonomia das mulheres

Entre 2000 e 2010, a escolarização de homens e mulheres no Pará aumentou, diminuindo a disparidade. A taxa de analfabetismo em 2000 era de 17,08% para homens e 15,04% para mulheres. Em 2010, essa taxa diminuiu para 12,95% e 10,37% respectivamente. A frequência escolar de jovens mulheres (de 15 a 17 anos) subiu de 18,42%, em 2000,para 39,05 % em 2010; enquanto a frequência escolar masculina aumentou de 12,08% para29,36%, indicando uma melhoria da educação entre as mulheres e meninas (Gráfico 3).

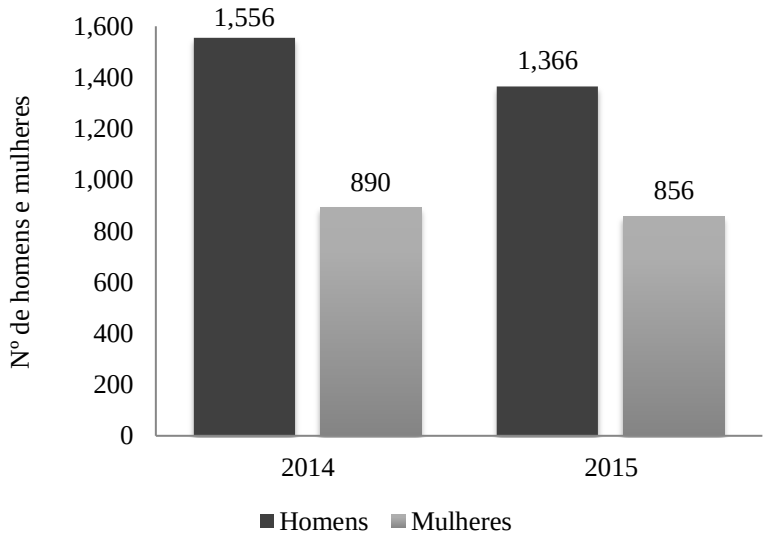
Gráfico 3- Analfabetismo e Frequência Escolar (feminino e masculino) no Pará entre 2000 a 2010.



Fonte: (IBGE / Estatística de gênero, 2000 a 2010).

Em relação à proporção de mulheres exercendo cargos públicos nota-se que os dados capturados não tem um acompanhamento periódico. No Pará, mesmo que os números não sinalizem grandes transformações, foi constatado maior acesso da mulher, em detrimento do homem, em ocupações que requerem um maior nível de escolaridade e/ ou qualificação, como por exemplo, entre os trabalhadores que ocupam cargos de Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes e de Gerência (Gráfico 4). No geral, no ano de 2016, dos cargos gerenciais do país, 60,9% eram ocupados por homens e 39,1% eram ocupados por mulheres (IBGE, 2018).

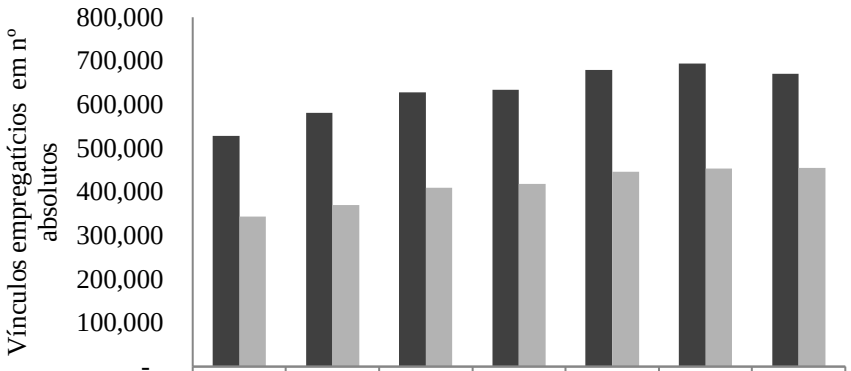
Gráfico 4- Proporção de homens e mulheres como Membros Sup. do Poder Público; Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas; Gerentes.



Fonte: (IBGE/Estatística de Gênero, 2000 a 2010).

A dinâmica de admissões no mercado de trabalho formal no Pará, observada segundo o sexo, entre 2009 e 2015, revela que as contratações de pessoas do sexo masculino foram superiores à do feminino, indicando que a população feminina economicamente ativa é menor (Gráfico 5).

Gráfico 5- Vínculos empregatícios formais no Pará entre 2009 e 2015, entre homens e mulheres.



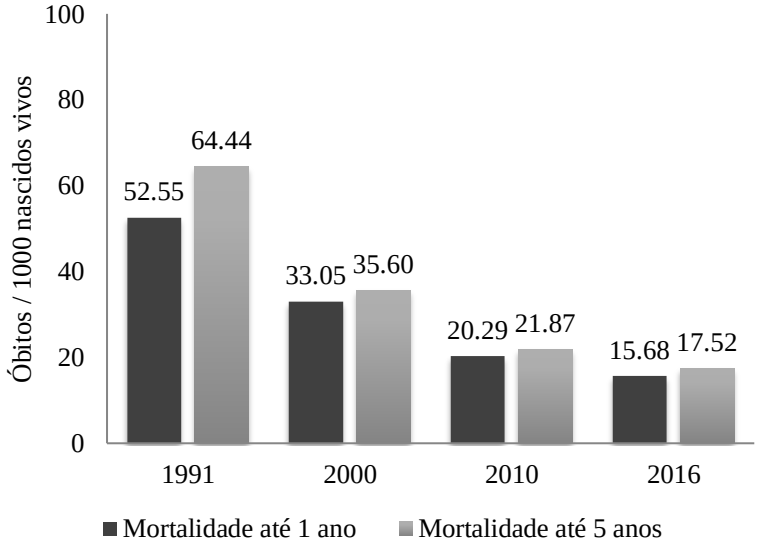
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Masculino	527,6	581,0	627,4	633,5	679,0	694,0	670,9
Feminino	343,2	370,2	409,2	418,8	446,4	454,1	454,6

Fonte: (BRASIL, 2015).

Objetivo 4:Reduzir a mortalidade infantil

A mortalidade de crianças até um ano de idade passou de 52,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 1991, para 15,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2016. E para crianças até 5 anos, passaram de 64,44 óbitos em 1991 para 17,52 óbitos por mil nascidos vivos em 2016. Com as taxas observadas, o Estado alcança a meta proposta, segundo a qual a mortalidade infantil no país, para ser reduzida em dois terços, deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil nascidos vivos em 2015 (Gráfico 6).

Gráfico 6- Mortalidade até 1 ano e mortalidade até 5 anos no Pará entre 1991 e 2016.

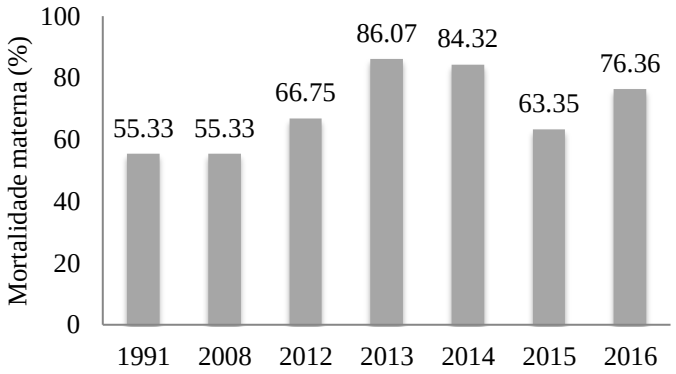


Fonte: (FAPESPA, 1991 a 2016).

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

No Pará, a taxa de mortalidade de mulheres durante a gravidez, parto ou puerpério, aumentaram. Em 1991, a taxa de mortalidade materna era de 55,33%, saltando para 76,36% em 2016. No Brasil, a taxa de mortalidade materna caiu 55% de 1990 a 2011, passando de 141 para 64 óbitos por 100 mil nascidos vivos (Gráfico 7).

Gráfico 7- Mortalidade materna no Estado do Pará entre 1991 a 2016.

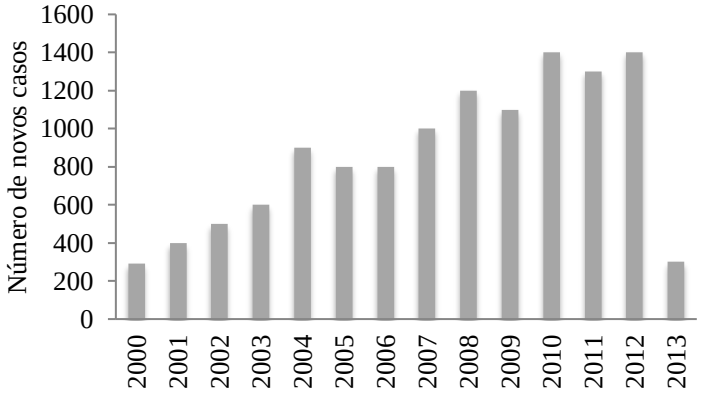


Fonte: (FAPESPA, 2015a).

Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, Malária e Tuberculose

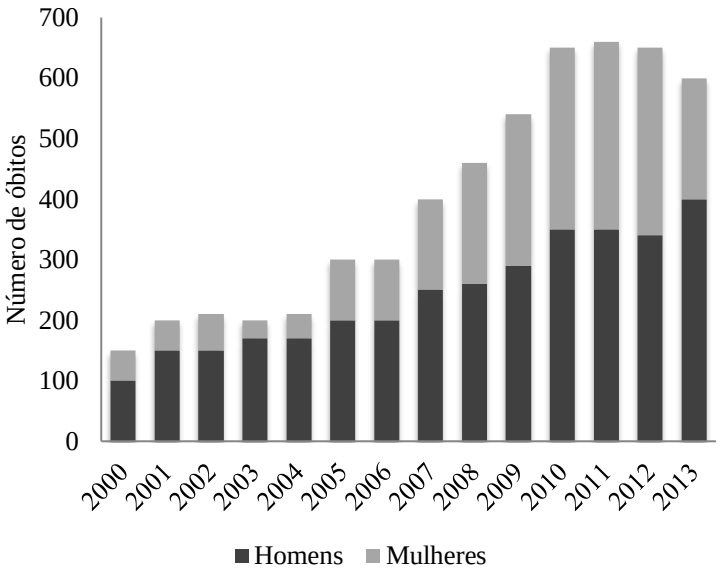
A partir dos dados do Ministério da Saúde, entre os anos de 2000 a 2013, novos casos de HIV têm aumentado progressivamente no estado do Pará. Quanto aos óbitos pela doença, observou-se um aumento progressivo ao longo da série, na qual o sexo masculino é mais representativo (Gráfico 8 e 9, respectivamente).

Gráfico 8- Número de novos casos de HIV no estado do Pará entre 2000e2013.



Fonte: (FAPESPA, 2000 a 2013).

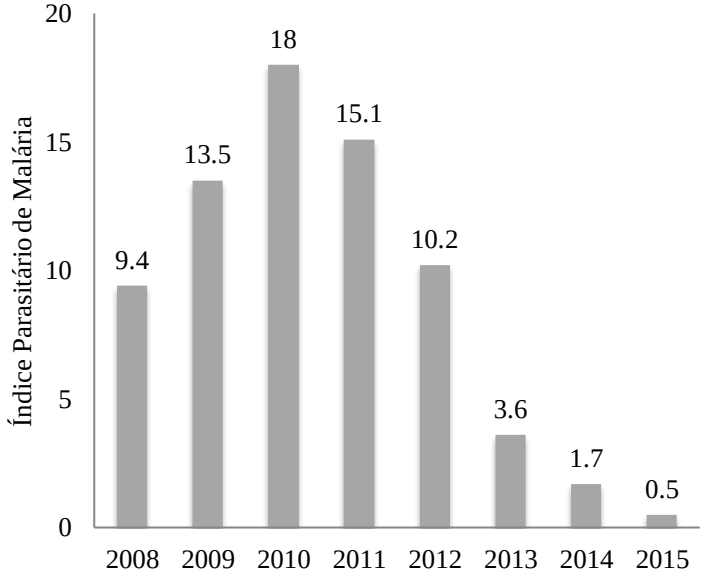
Gráfico 9- Número de óbitos por HIV por sexo no estado do Pará entre 2000 e 2013.



Fonte: (FAPESPA, 2000 a 2013).

A incidência de malária apresentou diminuição considerável no estado do Pará entre 2008 e 2015, passando de 9,4 em 2008 para 0,5 casos por mil habitantes em 2015 (Gráfico 10). No Brasil, de 1990 a 2012, a incidência parasitária anual (IPA) de malária diminuiu de 3,9 para 1,3 casos por mil habitantes.

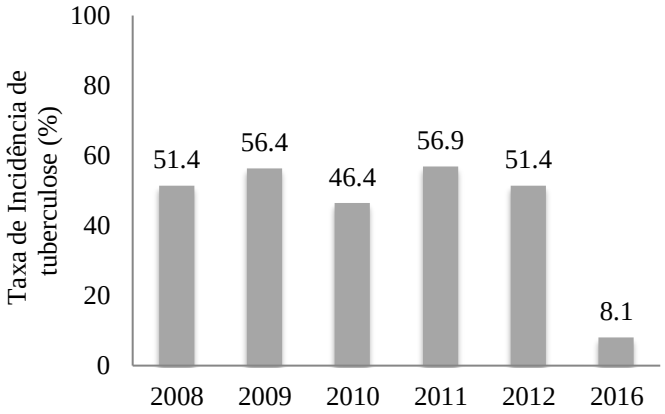
Gráfico 10- Índice Parasitário Anual de malária no estado do Pará entre 2008 e2015.



Fonte: (FAPESPA, 2008 a 2015).

Embora o número de casos registrados de tuberculose no Pará tenha se mantido praticamente estável entre 2008 e 2012, a taxa de incidência da doença diminuiu drasticamente em 2016 (Gráfico 11).

Gráfico 11- Taxa de Incidência de Tuberculose no estado do Pará entre 2008 e 2016.

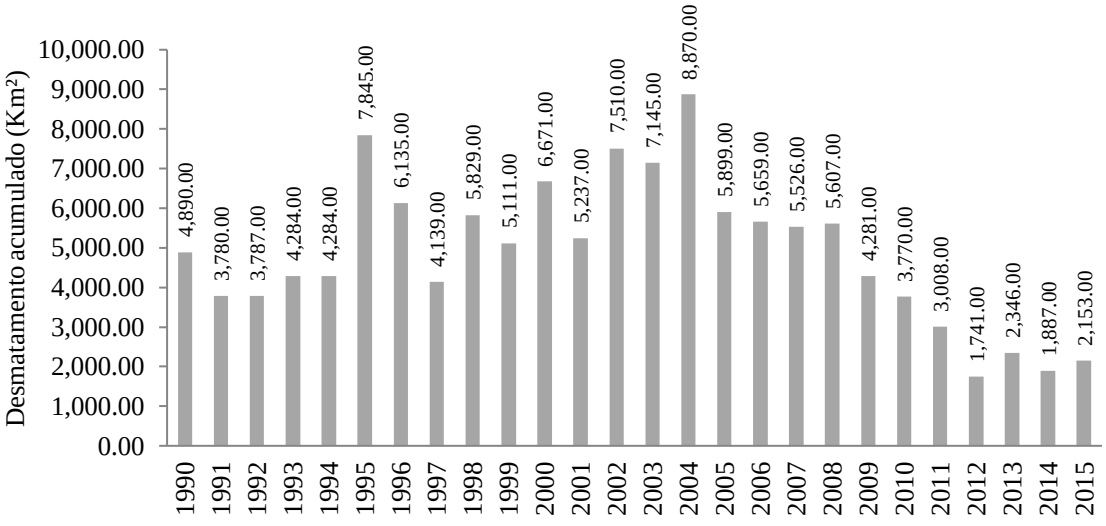


Fonte: (FAPESPA, 2015).

Objetivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental

Entre 1990 e 2015, a área desmatada no Pará somou 148.303, 00 km², representando 33, 99%. O desmatamento no estado passou de 4.890 km², em 1990, para 2.153 km²em 2015. As taxas continuam elevadas,porém com as ações ambientais mais atuantesesses números alcançaram reduções (Gráfico 12).

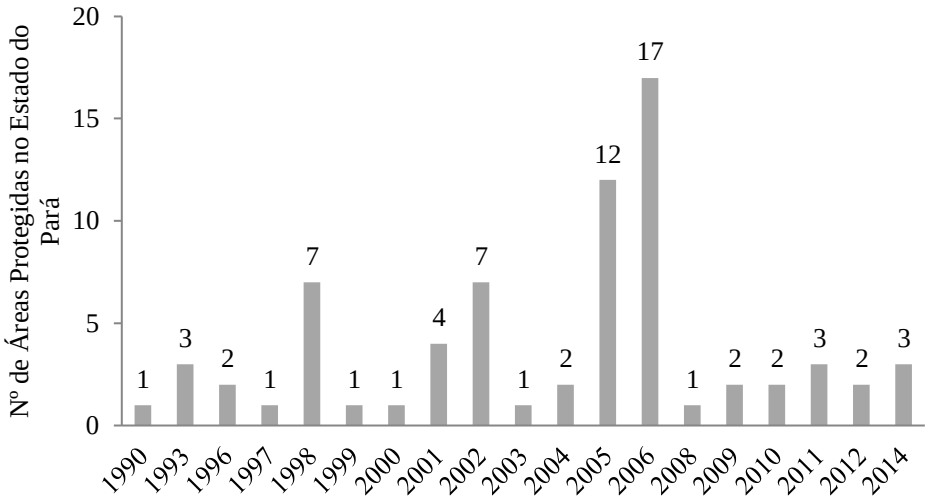
Gráfico 12-Desmatamento acumulado no Estado do Pará – 1991 a 2015.



Fonte: (INPE / PRODES / TerraBrasilis, 1990 a 2015).

A proporção de Áreas Protegidas aumentou consideravelmente no Pará entre 1990 e 2014. Entre os anos de 1990 e 2014, somou-se um total de 72 unidades de diversas categorias, representando 329.713,32 km² de áreas protegidas no estado (Gráfico 13).

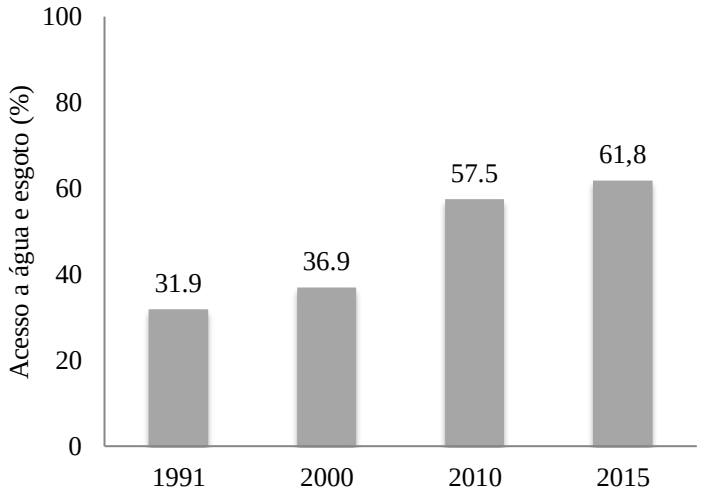
Gráfico 13- Número de Áreas Protegidas por ano de criação no estado do Pará, 1990-2014.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Áreas Protegidas, 2019.

No Pará, a porcentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água e instalações de esgoto aumentou de 31,9 %, em 1991, para 61, 8 % em 2015 (Gráfico 14).

Gráfico 14-Acesso da população a abastecimento adequado de água e instalações de esgoto – 1991 a 2015.

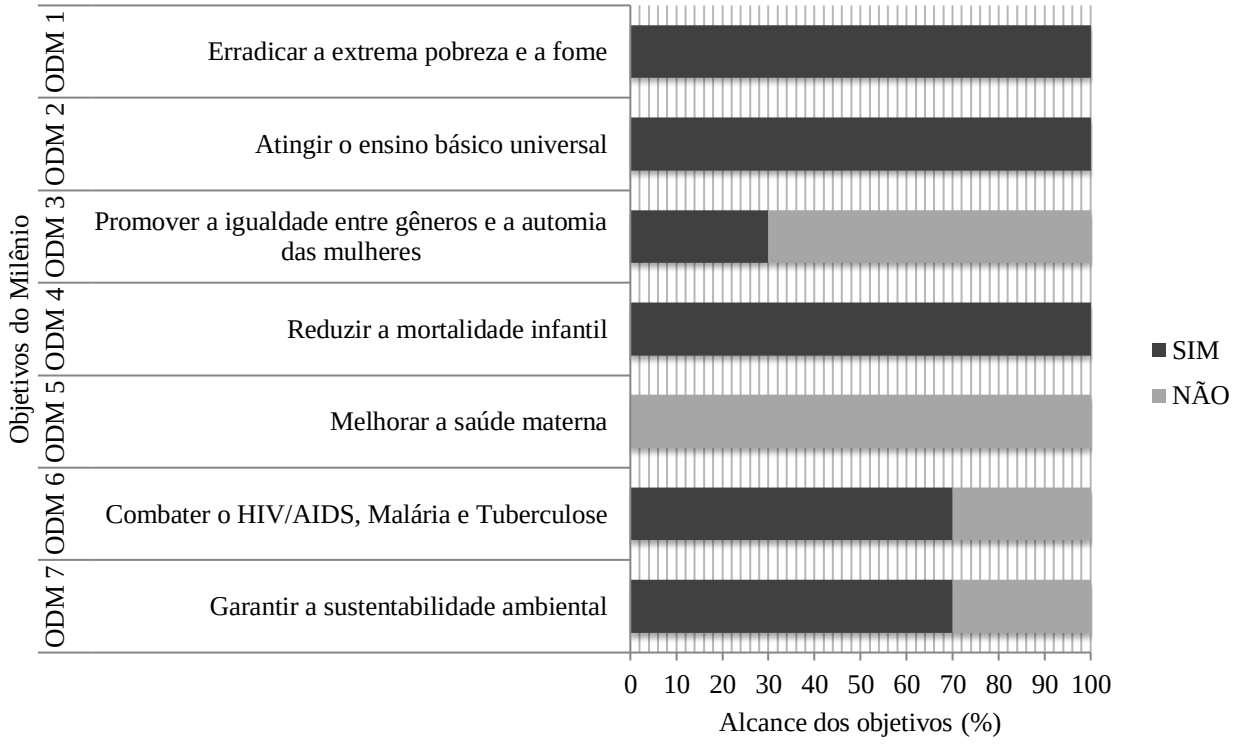


Fonte: (IBGE, 1991 a 2015).

Persistem na região pobreza e problemas graves de saúde como malária e tuberculose. As mulheres têm pouca participação na política e são desfavorecidas no mercado de trabalho. Os óbitos maternos permanecem altos e o acesso da população ao saneamento básico é insuficiente. Por outro lado, o acesso à educação aumentou (embora a qualidade ainda enfrente desafios), as mulheres têm igualdade na educação e a mortalidade infantil caiu. O Pará é conhecido nacionalmente pela abundância de recursos naturais e por sua dimensão territorial. Ao mesmo tempo, o número de áreas protegidas na região aumentou significativamente, o desmatamento vem caindo ao longo dos anos, porém continua elevado. Além disso, foram estabelecidas leis para promover o uso sustentável dos recursos naturais.

O Gráfico 15 sintetiza o alcance dos objetivos do milênio para o Estado do Pará. Os resultados obtidos com os dados disponíveis mostram que, apesar dos avanços importantes em todas as metas, somente os objetivos 1, 2e 4 foram totalmente alcançadas no Estado (Gráfico 15).

Gráfico 15- Alcance das metas dos Objetivos do Milênio do Estado do Pará.



Fonte: Da autora

2.2 Compreensão dos fatores e forças atuantes que influenciaram no alcance de resultados para o estado.

ODM 1 (erradicação da pobreza extrema e da fome)

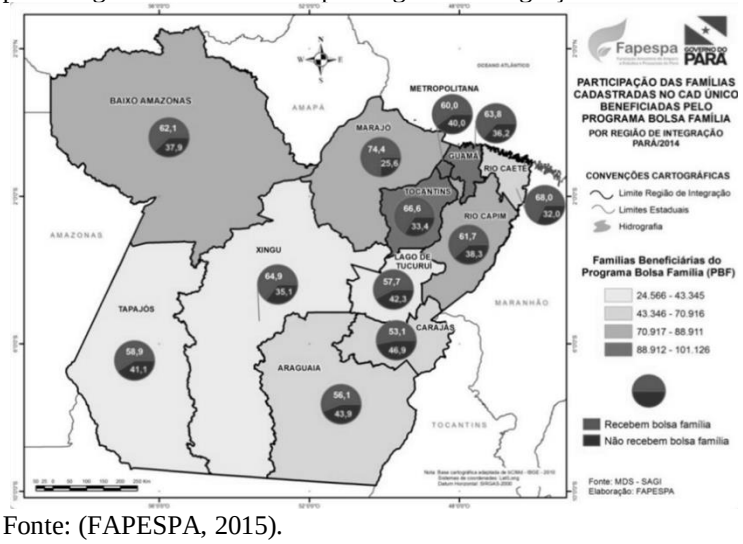
A pobreza precisa ser avaliada de forma multidimensional, uma vez que varia não somente de acordo com as condições econômicas, mas também com fatores culturais, geográficos e ambientais. Por essa razão, a pobreza é um indicador de difícil medição direta, sobretudo em grande escala (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

Neste sentido, o governo do Estado, comprometido com a redução da taxa de pobreza, implementou várias ações no período de 2011-2014. Essas ações propiciaram a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento estadual e intra – estadual.

Foi criado o Plano Estadual de Assistência Social-PEAS, para desenvolver ações de monitoramento, assessoramento e vigilância sócio assistencial nos 144 municípios paraenses (SEPLAN, 2015).Dessa forma, fomentou-se a geração de trabalho, qualificação profissional, incentivos produtivos, entre outras ações que vieram contribuir com a verticalização da produção e apoio às cadeias produtivas mais distributivas (FAPESPA, 2014).

É possível fazer um comparativo do resultado do ODM 1 e as Regiões de Integração do Estado do Pará, demonstrando as influencias regionais dentro do próprio estado. Nota-se o grande número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família até 2014. Esse cenário aponta que os programas de transferência de renda amortecem cenários de pobreza e pobreza extrema, influenciando no alcance do ODM 1 (Figura 3).

Figura 3 – Participação das famílias cadastradas no CAD ÚNICO beneficiadas pelo Programa Bolsa Família por Região de Integração do Pará até 2014.



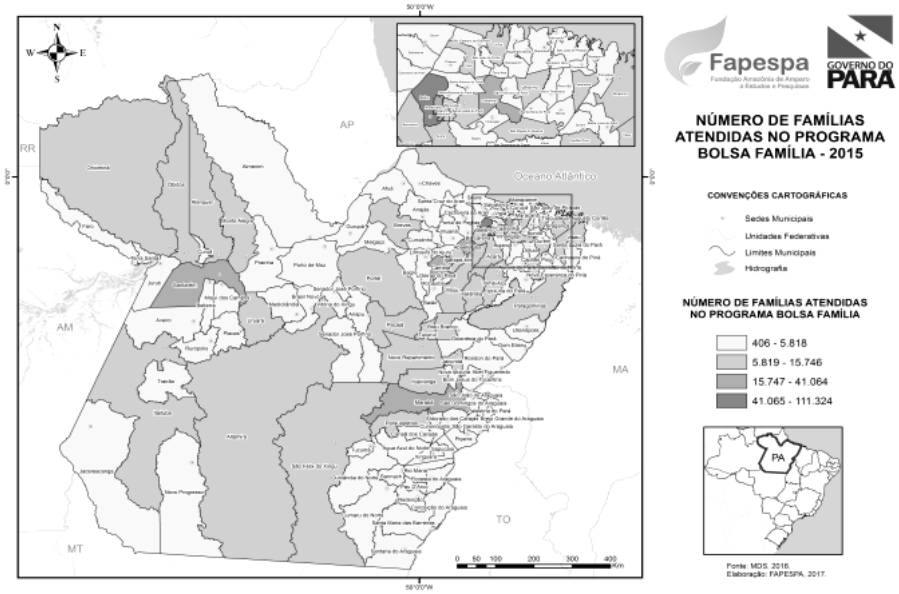
Fonte: (FAPESPA, 2015).

ODM 2 (Atingir o ensino básico universal)

Vários elementos contribuíram para a melhoria dos indicadores educacionais como, por exemplo, as condicionantes do programa Bolsa Família que determinam que crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias, além de frequentar a escola, devem ter frequência mínima de 85% do ano letivo, para os que possuem até 15 anos, e 75%, para os adolescentes de 16 e 17 anos. Outras medidas a nível nacional tiveram papel relevante na melhora dos índices, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Programa Mais Educação, instituído em 2007, além do lançamento, em 2013, em âmbito estadual, do Pacto pela Educação (FAPESPA, 2017a).

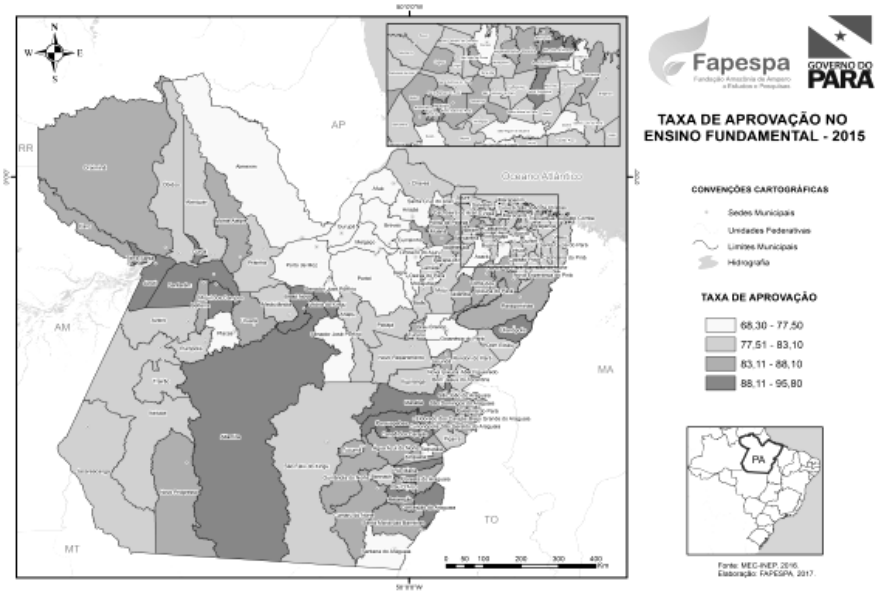
Ao fazer uma comparativo do alcance do ODM 2 e as Regiões de Integração, observa-se que os condicionantes do Programa Bolsa Família influenciaram diretamente no avanço dos ODM 2 no estado. Ressalta-se também, que as diferenças intra-regionais ficam bem evidentes quando comparadas (Figuras 4 e 5).

Figura 4- Número de famílias atendidas no Programa Bolsa Família até 2015.



Fonte: (FAPESPA, 2015).

Figura 5- Taxas de aprovação no ensino fundamental até 2015.



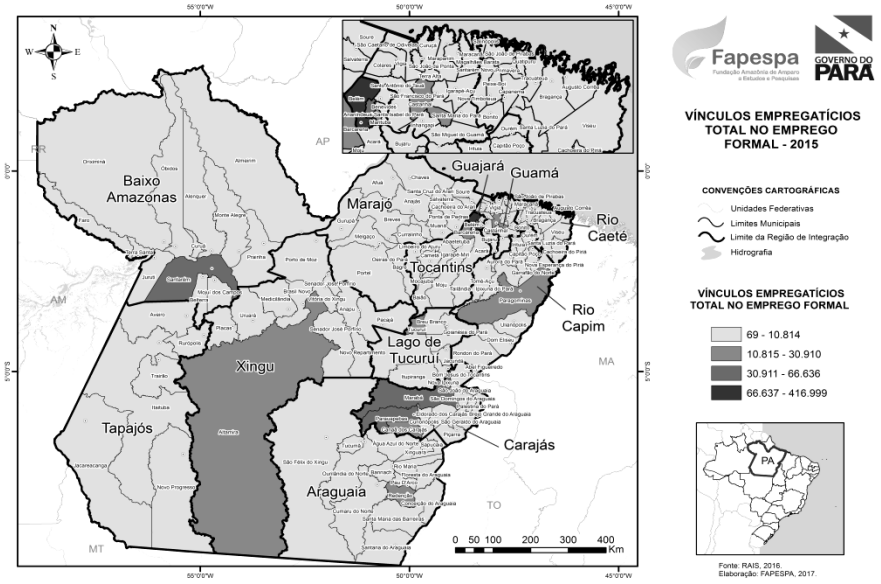
Fonte: (FAPESPA, 2015).

ODM 3 (Promover a igualdade entre gêneros e a autonomia das mulheres)

Houve o incentivo ao desenvolvimento dos vários segmentos produtivos, através do protocolo de intenção assinado com as mineradoras ligadas ao SIMINERAL (Vale, Hidro, Collossus, Imerys, Dow Corning, Votorantin, Alcoa e MRN), que indicaram fornecedores estratégicos do setor para se instalarem no Pará. Com o apoio dessas iniciativas, no período de 2011-2014, foram efetivamente implantadas 10 novas indústrias com investimento total de R$ 1,3 bilhão e geração de 3,5 mil novos empregos. Para os próximos anos, há previsão de serem implantadas 15 novas indústrias, com investimentos da ordem de R$ 28,6 bilhões e geração de 11 mil empregos, para absorver homens e mulheres (FAPESPA, 2015).

Com relação aos incentivos governamentais e à distribuição dos setores econômicos entre os sexos, observa-se que a agropecuária, a extração mineral e os setores industriais são maciçamente concentradores de mão de obra masculina, juntamente com a Construção Civil. Quando comparado as Regiões de Integração com o alcance do ODM 3, observa-se as diferenças intrarregionais e de onde se origina a diferença de resultados, principalmente em relação aos vínculos empregatícios, de homens e mulheres no ano de 2015 (Figura 6).

Figura 6- Vínculos empregatícios total por Região de Integração no ano de 2015.



Fonte: (FAPESPA, 2015).

Quanto à participação do gênero nas admissões por setor econômico, verifica-se que alguns setores foram responsáveis por grandes reduções nas admissões, ao passo que em outros houve aumento, beneficiando determinado gênero, como por exemplo, redução nas admissões da construção civil e por sua vez, para o gênero feminino o aumento nas admissões nos setores de Serviços e Comércio, refletindo positivamente na participação das mulheres nas contratações (FAPESPA, 2015).

Outra diferença observada e que delineia o perfil do assalariado formal e a desigualdade de acordo com o sexo, é o caso, por exemplo, da remuneração média do trabalhador admitido, na qual a renda média do homem se mantém acima da remuneração média da mulher. Além da persistência da desigualdade salarial entre os sexos, os dados mostram um crescimento nessa diferença, uma vez que em 2014 a renda média do trabalhador masculino admitido era de R$ 157,88 a mais que a do feminino; já para o mesmo período de 2015, esta diferença aumentou para R$ 182,34 (CAGED/MTE, 2015).

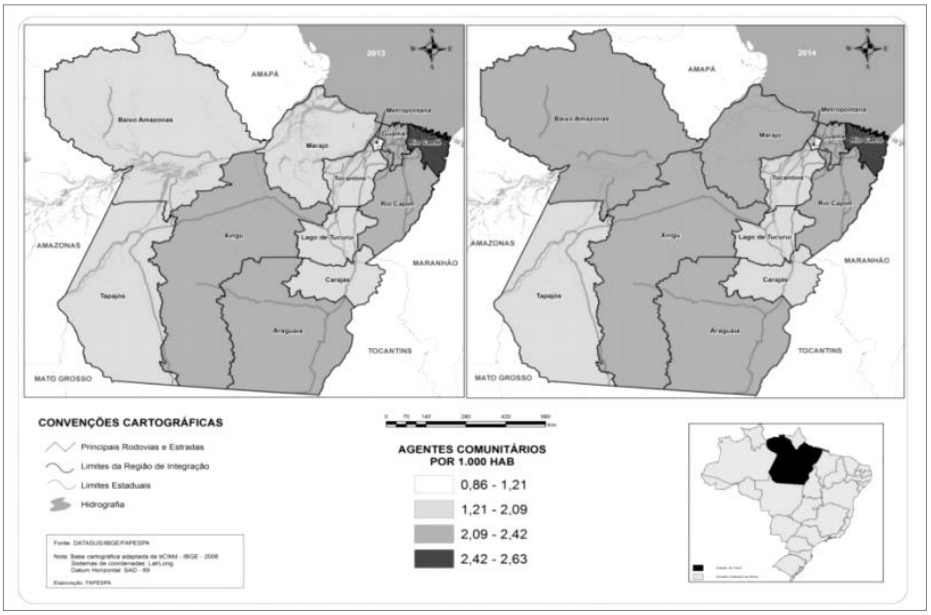
Levando isto em consideração, é fácil compreender o mercado de trabalho com requisitos próprios, direcionados para um determinado perfil de mão de obra, mas também onde a própria movimentação nos setores econômicos influencia nos dados acima relatados, que por sua vez mostram uma supremacia de participação de um determinado sexo em detrimento de outro ainda hoje.

Quanto as ações para inserção de mulheres em cargos que exigem alto grau de escolaridade, desde 1995, o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, reservando um percentual de candidaturas em eleições proporcionais para as mulheres. Contudo, apenas com a Lei nº 12.034, de 29/09/2009, essas cotas tornaram-se obrigatórias, de modo que, em eleições proporcionais, haja no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo, para cada partido ou coligação partidária (IBGE, 2018).

ODM 4 (Reduzir a mortalidade infantil)

A redução da mortalidade infantil no Estado se deu por meio de parcerias nacionais e estaduais. Por meio da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde (SAS/MS), e da portaria nº 2.488/2011, o governo federal aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que dá as diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica à Saúde, voltada para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que passou a constar na PNAB/2011 como Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS). Abaixo, uma relação entre o alcance do ODM 4 e as Regiões de Integração, evidenciando as diferenças intrarregionais (Figura 7).

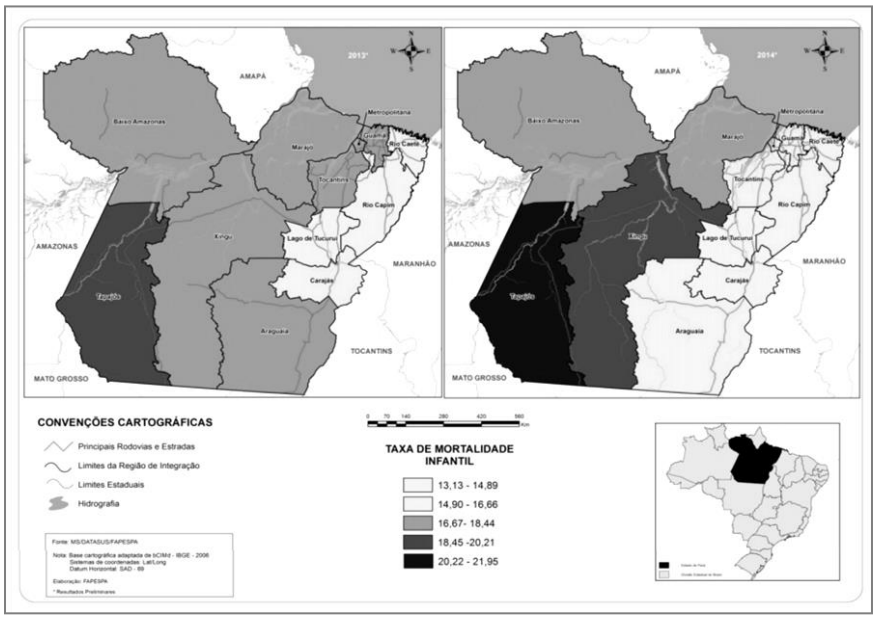
Figura 7- Agentes Comunitários de Saúde por mil habitantes por Região de Integração entre 2013 e 2014.



Fonte: (FAPESPA, 2015).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, no estado do Pará, foram implantadas 1.160 ESF, atendendo cerca de 3,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 48,94% da população do estado. No estado do Pará, houve um aumento de 340 agentes comunitários de saúde entre os anos de 2013 e 2014 (FAPESPA, 2015). A seguir, a taxa de mortalidade infantil no estado entre 2013 e 2014 demonstra como as Regiões de Integração interagem e influenciam no alcance de resultados (Figura 8).

Figura 8- Redução da taxa de mortalidade infantil no Estado do Pará entre 2013 e 2014.



Fonte: (FAPESPA, 2015).

A atuação do governo estadual visa garantir o atendimento às necessidades da população nos serviços de Atenção Básica e Média e Alta Complexidade, garantindo aos cidadãos seus direitos e redução de riscos à saúde. Neste sentido, em 2014, o Governo estadual realizou diversas ações no contexto do planejamento estratégico da SESPA, como o fortalecimento da capacidade tecnológica, física e administrativa dos hospitais regionais, bem como a requalificação dos hospitais municipais (FAPESPA, 2015).

E visando levar o atendimento básico de saúde às comunidades de difícil acesso e/ou em situação de risco, o Programa “Presença Viva”, em parceria com a “Caravana PROPAZ”, realizou atendimentos itinerantes, ofertando serviços de saúde em geral, beneficiando, até 2013, 110.786 pessoas nas Regiões do Marajó, Baixo Amazonas e Região Metropolitana de Belém (FAPESPA, 2015).

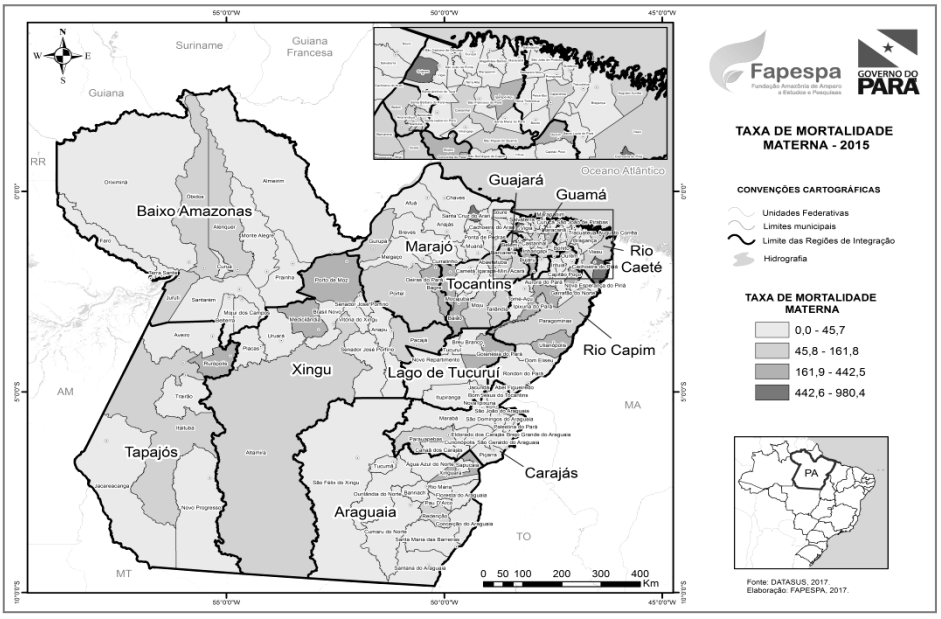
ODM 5 (Melhorar a saúde materna)

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem adotado medidas por meio da regulamentação da vigilância de óbitos maternos e de políticas voltadas para melhoria da saúde materna, dentre as quais se destaca recentemente a Rede Cegonha.

A redução da mortalidade materna geralmente está associada à atenção qualificada ao parto e à assistência obstétrica de emergência, e também ao acesso a serviços de atenção pré-natal e de planejamento familiar (BRASIL, 2014).

A mortalidade materna também está relacionada a situações desfavoráveis como: baixa renda; falta de acesso à educação; saneamento básico precário; moradia de baixa qualidade; e contato diário com ambientes sem higiene. São situações que deixam a população mais vulnerável a enfermidades e influenciam bastante na permanência destas (FAPESPA, 2015a) (Figura 9).

Figura 9- Taxa de evolução da mortalidade materna por Região de Integração em 2015.



Fonte: (FAPESPA, 2017).

ODM 6 (Combate a HIV/AIDS, Malária e Tuberculose)

No que diz respeito ao HIV, as ações estabelecidas pelo governo federal (no período analisado) têm se concentrado na distribuição de medicamentos para pacientes soropositivos, bem como na articulação do programa "Saúde e prevenção nas escolas".

Sobre a malária, segundo a secretaria de saúde do estado do Pará, a diminuição dos casos se atribuiu à participação dos agentes de saúde no trabalho de prevenção, controle e combate do mosquito transmissor, bem como, parceria com os municípios na prevenção, diagnóstico e capacitação de profissionais.

No que se refere aos casos de tuberculose, além de ampliar a cobertura do tratamento, para garantir sua efetividade, o diagnóstico da doença passou a ser rápido e permitiu a avaliação da eventual resistência às drogas usadas. O método tradicional para diagnosticar a tuberculose levava até dois meses para fornecer o resultado. Por isso, o Brasil passou a adotar o teste molecular rápido para diagnóstico da tuberculose pulmonar (FAPESPA, 2015).

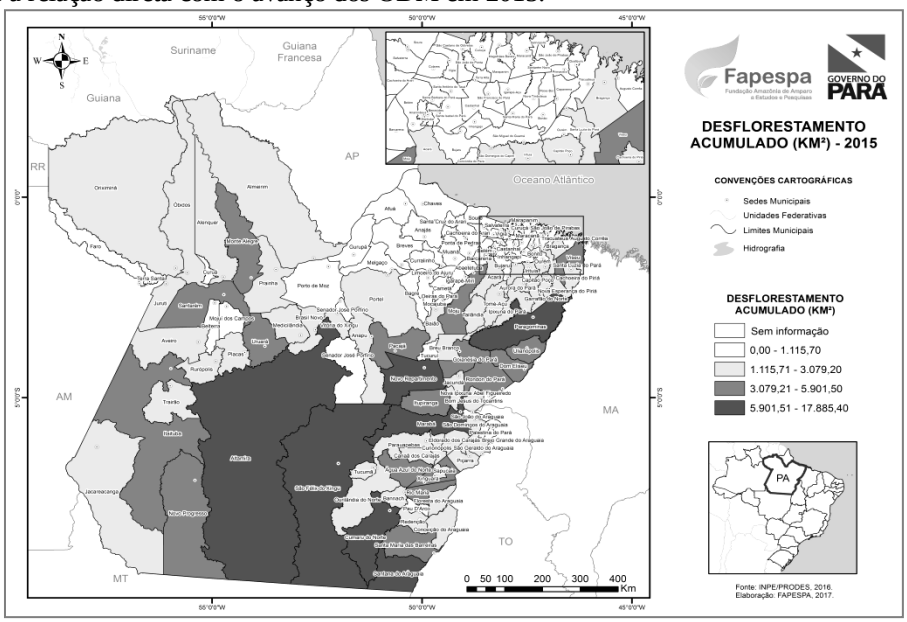
ODM 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental)

Sobre a redução dos níveis de desmatamento no Pará, muito se deve ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal – PPCDAm em suas três fases: Fase I (2004-2008), a Fase II (2009-2011) e a Fase III (2012-2015) do PPCDAm.

Importantes publicações demonstram os resultados positivos (MELLO ; ARTAXO, 2017), como as avaliações realizadas sobre a Fase I (por ABDALA, 2008) e sobre a Fase II do PPCDAm (por IPEA; GIZ; CEPAL, 2011); e impactos do PPDCAm na redução do desmatamento. Concluiu-se que o PPCDAm trouxe resultados significativos para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal, mas ainda se fazem necessários aprimoramentos para que sejam alcançados os objetivos de promoção de atividades sustentáveis na região.

Comparando os resultados alcançados pelo ODM 7 com a participação das Regiões de Integração, observa-se como essas regiões se movimentam e influenciam o alcance da agenda ODM (Figura 10).

Figura 10 – Desflorestamento acumulado no estado do Pará e suas Regiões de Integração e a relação direta com o avanço dos ODM em 2015.



Fonte: (FAPESPA, 2017).

Em relação as influências na cobertura de saneamento e esgoto sanitário adequado, o Pará segue as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), além de ter a lei nº 7.731/2013, que institui, no capítulo II, art. 8º, a criação do Sistema Estadual de Informações em Saneamento Básico (SISEP) como instrumento para a formulação e a implantação da Política de Saneamento Básico do Estado do Pará (FAPESPA, 2014).

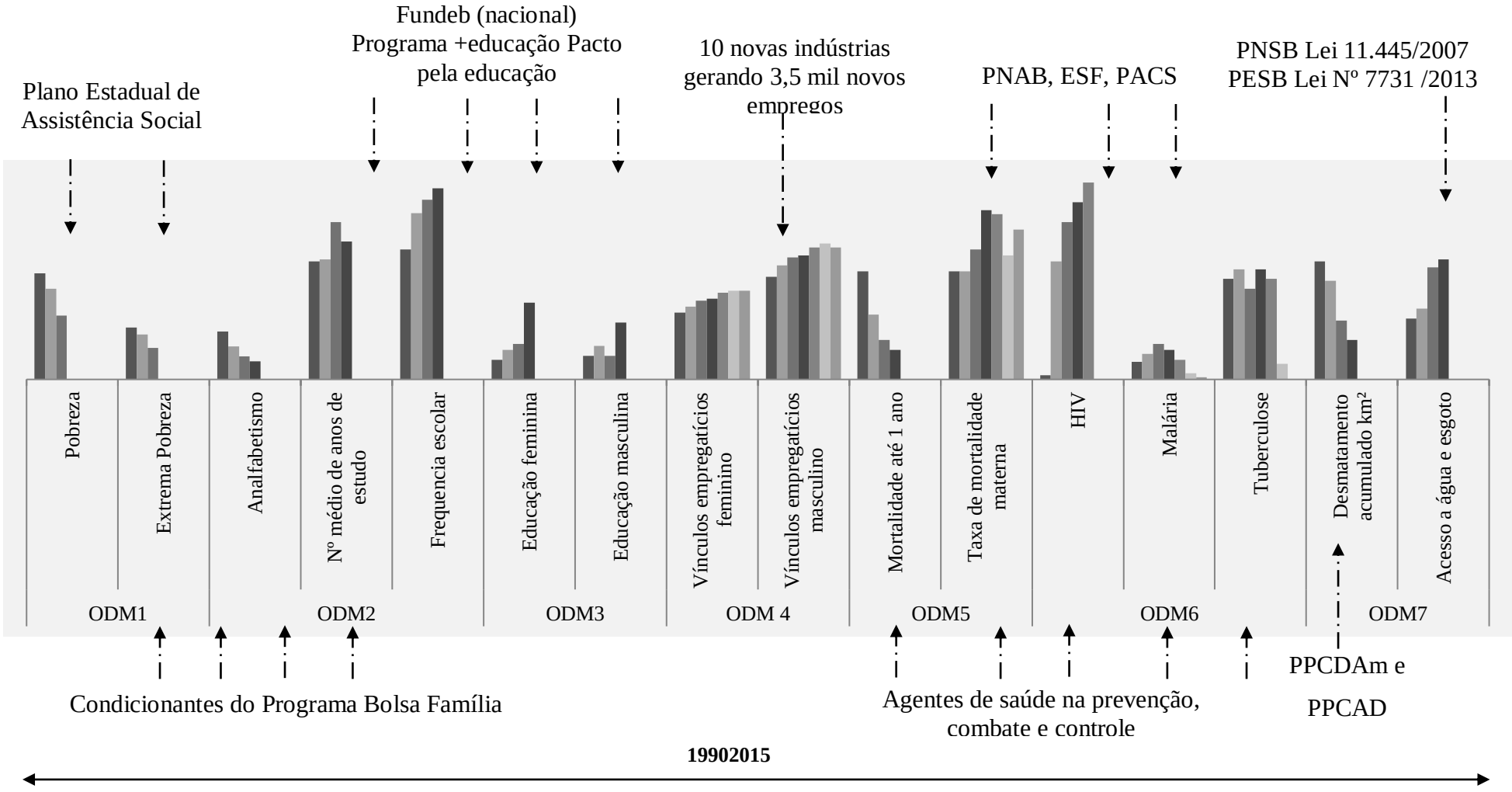
Apesar de ter tido uma cobertura crescente nesse setor e ter como instrumentos normativos as diretrizes nacionais de saneamento no Brasil, o Estado ainda não conseguiu alcançar a meta de cobertura proposta. A falta de alinhamento com os instrumentos normativos nos planejamentos posteriores reduz as chances de sucesso no novo ciclo e dificulta a inserção definitiva da agenda voltada para o aumento da cobertura pelos serviços de esgotamento sanitário nas cidades.

Os resultados aqui apresentados corroboram as literaturas citadas neste trabalho. Os autores abordam o assunto “sustentabilidade, indicadores e ferramentas multidisciplinares de mensuração”, de forma similar. Reconhece-se que os problemas, de uma forma ou de outra, são transversais, incluem componentes técnicas, sociais, econômicas e políticas e nenhuma delas é separável das demais. Assim, refere que as marcas das falhas devem-se ao fato de se continuar a analisar seções isoladas dos problemas sem que se perceba que o todo é mais do que a soma das partes e que as mudanças num dos elementos implica mudanças em todos os

outros (REDCLIFT, 1987;CMMAD, 1988; SACHS, 2004; VEIGA, 2005; VEIGA, 2014; GONÇALVES, 2017).

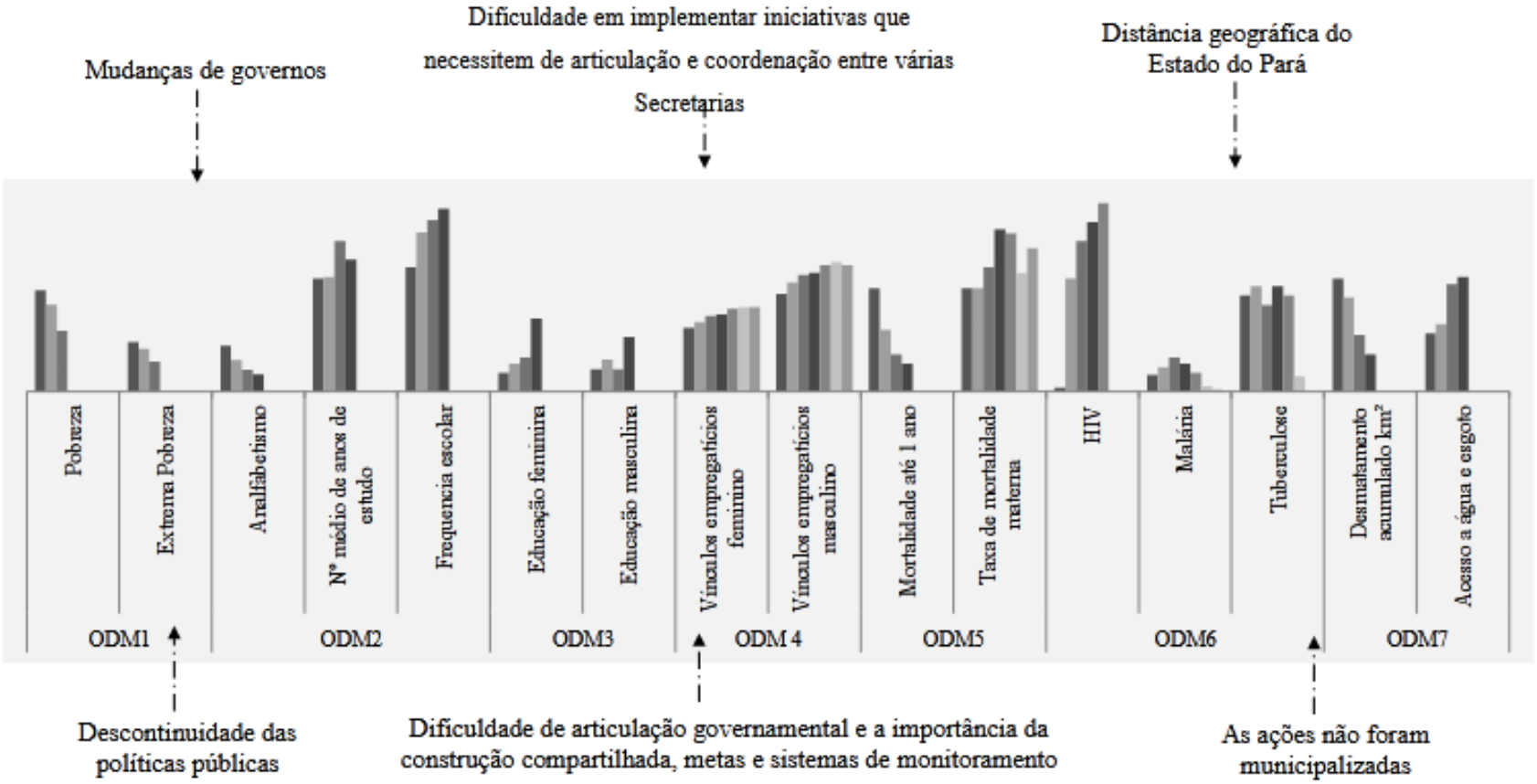
Os Gráficos 16 e 17 sintetizam, em uma linha do tempo, os fatores e forças atuantes que influenciaram positivamente e negativamente o alcance de resultados para o Estado do Pará. Os dados disponíveis mostram que, apesar dos avanços importantes na maioria dos objetivos, é necessário compreender que o momento histórico em questões socioambientais e as formas como são compreendidas e aplicadas as ferramentas de mensuração de sustentabilidade influenciam diretamente o cenário estadual (Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16- Linha do tempo associando o momento histórico do Pará entre 1990 e 2015 e os fatores e forças atuantes que influenciaram positivamente o alcance dos Objetivos do Milênio no Estado.



Fonte: Dos autores, 2021.

Gráfico 17- Linha do tempo associando o momento histórico do Pará entre 1990 e 2015 e os fatores e forças atuantes que influenciaram negativamente o alcance dos Objetivos do Milênio no Estado.



Fonte: Dos autores, 2021.

3 DISCUSSÃO

O Pará, tal como a Amazônia, é um enorme e dinâmico território constituído por múltiplas realidades. Florestas densas, áreas urbanas e suas periferias, assentamentos de reforma agrária, reservas extrativistas, áreas de várzea, pastagens, entre vários outros, são exemplos da multiplicidade e heterogeneidade de territórios habitados por múltiplos atores com histórias e percursos diferentes.

Assim, é difícil analisar os ODM de forma independente um do outro, pois todos são correlacionados. Portanto, esta discussão demonstra a importância de se entender a complexidade e as motivações, individuais e de grupo, que subjazem às principais causas dos avanços, retrocessos e estagnações dos ODM no Pará.

Congruente a isso, os Objetivos do Milênio obtiveram alguns avanços no estado do Pará, mas continuam atrás da média nacional na maioria dos indicadores avaliados. Comparando a evolução histórica dos indicadores avaliados, a maioria melhorou entre 1991 e a data limite para o alcance das metas, 2015. Entretanto, em muitos casos essa melhoria ainda é insatisfatória.É fato que o alcance das metas nacionais é real, como demonstram os relatórios nacionais de acompanhamento dos ODM (Relatório Nacional de Acompanhamento 2004; 2005; 2007; 2010; 2014). Porém, em escala regional, a realidade é diferente.

Estudos feitos na Amazônia sobre melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais revelam resultados semelhantes aos resultados desta tese. Como exemplo temos o Instituto Peabiru, que a 16 anos percorre municípios da Amazônia Legal promovendo fortalecimento e organização social. Segundo estudos do Instituto, é em meio a ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores familiares que fica mais fácil perceber o quanto o estado paraense está longe de alcançar os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, e cujo prazo se encerrou em 2015.

Outro trabalho na mesma linha, já havia chamado atenção para o distanciamento do estado paraense no cumprimento dos Objetivos do Milênio. Segundo o estudo “A Amazônia e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007), apesar das melhorias alcançadas na maioria dos indicadores desde a década de 1990, os avanços não foram significativos e ainda deixam os índices regionais abaixo das médias nacionais. Dos oito objetivos estabelecidos, apenas 1 tinha sido alcançado no Pará: a eliminação da desigualdade de escolaridade entre homens e mulheres. Comparando com o estudo atual (de

1990, até o encerramento do prazo, 2015), dos 8 objetivos, apenas 3 alcançaram as metas estabelecidas.

O contraste entre a região e o restante do país aparece também no estudo "Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2014" (SANTOS et al., 2014), realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Segundo o estudo, o Pará tem IPS de 55, 57 e a média nacional é 67,73.

Resultados similares são demonstrados no Estudo de Vale (2017), o qual mensura os níveis de sustentabilidade nos estados da Amazônia legal através de três ferramentas de sustentabilidade. Este estudo denota aspectos importantes encontrados nesta tese, como por exemplo, a ineficácia das políticas públicas, seja pela questão temporal, pelas mudanças de governo que apresenta prioridades diferenciadas e falta de continuidade ou pelo número de indicadores que não conseguiu captar toda a informação por ser uma região complexa (VALE 2017).

O estudo de Ferreira (2018) analisou o panorama da sustentabilidade na região metropolitana de Santarém PA. Segundo Ferreira, investimentos na qualidade de serviços, cadeias produtivas, ordenamento territorial e gestão ambiental, fazem-se necessários para melhoria dos níveis de sustentabilidade nesta região (FERREIRA; VIEIRA, 2018).

E mais recente fruto desta tese, Cardoso e Santos Junior (2019) [11] fizeram uma abordagem multidisciplinar de um município paraense em destaque no cenário estadual, São Félix do Xingu. Como produto final do estudo, demonstraram-se os avanços e os retrocessos dos ODM no município e a transição para nova agenda pós 2015, os ODS. A lição aprendida foi que o ideário sustentável que se busca permanece carente de soluções na região (CARDOSO; SANTOS JUNIOR, 2019).

Transformar políticas de governo em políticas de estado é tarefa importante, porém repleta de entraves. Uma avaliação recente de algumas iniciativas implementadas no Pará (GUEIROS et al., 2020) concluiu que mudanças governamentais tiveram grande impacto na implementação destas iniciativas, podendo impulsionar as iniciativas quando estas faziam parte da agenda da administração no poder, ou prejudicar a implementação quando ocorriam mudanças na agenda. O mesmo estudo concluiu também que o governo estadual tem grande dificuldade em implementar iniciativas que necessitem de articulação e coordenação entre várias Secretarias, o que tem impossibilitado a consecução de planos transversais. Um dos

[11]CARDOSO, Andreza Soares; SANTOS JR, Roberto Araujo Oliveira. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. *Cienc. Cult.*[online]. 2019, v.71, n.1,p.50-55. ISSN 2317-6660. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100014.

principais exemplos destas dificuldades de continuidade e articulação entre órgãos do governo é o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD).

Uma das mais importantes experiências semelhantes aos ODM que ocorreram no Pará foi o Programa Territórios da Cidadania lançado em 2008 pelo Governo Federal. Apesar de ter tido um foco mais social e menos ambiental, o Territórios da Cidadania avançou num conjunto de instrumentos mais ambiciosos. Eles incluem a constituição de fóruns regionais e a definição de planos de desenvolvimento regional. Algumas dessas estruturas e instrumentos ainda estão parcialmente em vigor e podem ser reutilizadas ou reativadas com relativa facilidade. Uma outra experiência tentou implementar um modelo semelhante, mas teve vida curta. A política estadual de socioeconomia do Estado do Pará que criou o Sistema Estadual de socioeconomia instituída em 2018 ainda chegou a ser discutida em algumas regiões, porém foi abandonada com a mudança de governo no ano seguinte. Estas experiências podem trazer importantes insumos para a implementação das novas políticas públicas.

Nota-se, portanto, com as experiências e estudos analisados, um dos problemas crônicos da administração pública estadual no Pará, que é a dificuldade em implementar políticas de longo-prazo capazes de sobreviver a mudanças governamentais.

Os mandatos eletivos no Brasil duram quatro anos, com direito a uma reeleição. Nesse cenário os municípios brasileiros sofrem com a descontinuidade das políticas, ocasionada pelas mudanças de governos, criando um ambiente pouco fértil para políticas públicas integradas e de longa duração. O diálogo entre os governos que se sucedem, na maioria das vezes, se mostra bastante limitado, com dificuldades de comunicação e pouca transparência nos dados e informações repassadas (SILVA, 2020).

Outra questão relevante são os conselhos municipais, que deveriam existir. A função precípua é atuar como um eixo condutor de esforços em prol do desenvolvimento humano e de desafiar a sociedade a encontrar novas formas de cooperação e engajamento de seus atores, contribuindo assim para aumentar as chances de o processo ser institucionalizado e continuado, mesmo após a mudança de gestor (SILVA, 2020).

O objetivo era o de possibilitar a articulação das políticas públicas de forma transversal nos diversos conselhos. Após identificar as metas e indicadores locais, as secretarias ou órgão de planejamento do município, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, construiriam um plano de trabalho prevendo as ações, os responsáveis por sua implantação, a duração e os recursos necessários. O próximo passo era o levantamento dos custos das ações estabelecidas: quanto custa, por exemplo, reduzir em 10% a evasão escolar

no município, se essa for uma das metas adotadas, e verificar se os recursos requeridos estarão disponíveis no prazo previsto. A elaboração desse plano deveria levar em conta os resultados das ações e programas em curso no município e os resultados da situação do perfil municipal dos ODM (JONES, 2017).

De acordo com as orientações da Organização das Nações Unidas, para alcançar os Objetivos do Milênio, é necessário municipalizar as ações. Ora, nada mais era do que implementar políticas, programas e ações em prol dos ODM nos municípios, assegurando que os governos locais assumissem o papel de protagonistas. Eles deviam formular e implementar políticas públicas que impactassem positivamente os ODM, além de adequar as políticas públicas já executadas pelas prefeituras aos ODM. De acordo com as diretrizes para a municipalização dos ODM, seria criado em cada município um comitê ou núcleo de acompanhamento dos ODM, que teria entre as suas atribuições, acompanhar, subsidiar e monitorar o processo de municipalização, sendo um espaço de interação e participação de todos os atores envolvidos (SILVA, 2020).

Entre os desafios enfrentados para a municipalização dos ODM, podemos mencionar inicialmente a dificuldade de se adequar os objetivos mais abrangentes ao contexto local; de se equilibrar ambição e realismo na hora da definição de metas; de se estabelecer metas ambiciosas e pouco realistas, que dificilmente são atingidas, gerando frustração por parte dos atores locais; e de criação de metas intermediárias para manter o comprometimento político e assegurar a responsabilidade. Metas pouco desafiadoras também prejudicaram a mobilização. Existiu certa dificuldade de se adotar uma agenda compatível com a realidade técnica, financeira e política local. Em pequenos municípios, a municipalização dessa agenda significou a adoção de um plano de trabalho limitado a alguns objetivos percebidos como prioritários. Uma outra questão foi a dificuldade de se alinhar os ODM às demais agendas políticas do governo. A ausência de compromisso e de liderança dos principais gestores municipais e a falta de envolvimento da sociedade dificultaram a apropriação dessas estratégias por parte dos atores locais. Uma agenda de cima pra baixo dificilmente pode ser capaz de despertar envolvimento e colaboração (SILVA, 2020).

Dado o que foi estudado até aqui, nota-se que os ODM podem servir como uma ferramenta que promove uma agenda de desenvolvimento sustentável. Porém, se a municipalização não for acompanhada de processos e ferramentas que distribuam o poder, há o risco de ela ser inócua. O alcance dessas políticas formuladas de cima pra baixo depende da capacidade dos governos locais e regionais, uma vez que muitos dos investimentos para atingir as metas de desenvolvimento sustentável ocorrerão no nível subnacional e serão

conduzidos pelas autoridades locais. Os arcabouços nacionais jurídicos e políticos ainda terão um longo caminho a percorrer para serem capazes de garantir a aplicabilidade dessa agenda na escala local. Assim, os trabalhos de empoderamento em âmbito nacional e internacional dos governos locais e regionais continuam necessários. Entre os principais desafios que marcam os ODM estão a compatibilização dos objetivos e metas globais com as políticas públicas municipais. A partir da leitura dos guias de localização e dos atuais atrasos na municipalização dos ODM é possível concluir que um dos principais desafios, se não o maior para a implementação de agendas futuras é a construção de capacidades dos atores locais, sobretudo a partir dos governos municipais. Neste sentido, precisamos enfrentar a persistente desigualdade regional ainda presente no cenário nacional.

4 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Sobre a dificuldade de articulação intergovernamental e a importância da construção compartilhada, das metas e dos sistemas de monitoramento, não haverá solução rápida para resolver problemas de mudanças políticas e de falta de articulação entre órgãos do próprio governo, mas uma forma importante de proporcionar a apropriação da sociedade é promover processos de construção participativos. Ao participarem da construção dos planos estratégicos governamentais e podendo colocar os seus pontos de vista e contribuições, os diversos atores da sociedade estarão mais capacitados para defender estas estratégias em momentos mais conturbados.Outra medida fundamental é a necessidade de identificar metas claras, com cronograma claro e resultados mensuráveis, e criar formas simples e transparentes de monitoramento. Ao definir um caminho claro em conjunto com a sociedade e ao criar mecanismos que garantam a transparência do processo, o governo está mais próximo de conseguir atingir resultados positivos.

Em relação ao fortalecimento da governança e a participação num modelo que reflita as aspirações da população paraense, orienta-se que as ferramentas multidisciplinares de avaliação devam garantir o direito e as aspirações dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais de escolherem as suas prioridades em matéria de desenvolvimento.

Quanto a importância dos fóruns multi-atores como instrumentos da participação social e o papel das instituições de pesquisa e do terceiro setor, observa-se que os fóruns multi-atores são os principais instrumentos para assegurar a transparência e garantir a participação social e inclusão nos processos de decisão. No Pará, a principal instância de participação relacionada a floresta e clima é o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática.É importante também realçar o papel que ONGs e instituições de pesquisa têm desempenhado ao longo de décadas no Pará, sendo frequentadores assíduos destes fóruns e conselhos. As suas contribuições foram e continuam sendo fundamentais para o avanço das políticas públicas na região.

A elaboração do plano de ação para o cumprimento dos ODS deve estar alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico do município. O principal deles é o Plano Plurianual (PPA), no qual são definidas as diretrizes, as estratégias e os objetivos da administração municipal. Incluir os ODS nesse tipo de documento é estratégico, pois ele é um instrumento importante e serve de base para as ações dos gestores de políticas públicas durante o mandato do prefeito.

A participação coletiva deve ser parte essencial do processo e que deve ser iniciado dentro de cada comunidade, município e microrregião. As pessoas precisam despertar para seus direitos básicos, entender os problemas e participar das tomadas de decisões que, hoje, ainda delegamos a vereadores, prefeitos, governadores.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que agenda global apresentada neste trabalho introduz a necessidade de uma correlação entre mecanismos de planejamento, gestão e governança. As análises preliminares da documentação, a leitura dos relatórios de acompanhamento do governo brasileiro e da ONU, relativos aos ODM, sugerem que os indicadores estipulados pelo pacto global estão impactando positivamente a sociedade. No entanto, ainda que caiba à academia aprofundar a leitura destes documentos, fazendo novas análises e correlações que possam validar a perspectiva neles declaradas, o esforço depreendido pelos segmentos sociais envolvidos foi bem-sucedido, mesmo com todas as limitações.

A continuidade da experiência dos ODM, através de novas agendas, pode possibilitar o aprimoramento dos indicadores de desenvolvimento. O conceito de sustentabilidade é por si multidimensional. Abordá-lo implica em tornar centrais múltiplas variáveis e dimensões que suplantam a perspectiva meramente econômica ou instrumental. Se, como foi destacado, a pobreza é a temática fundamental dos ODM, tratá-la como fenômeno multidimensional é abordar a temática do desenvolvimento sob a mesma perspectiva. Uma abordagem multidimensional da gestão e governança para o desenvolvimento vem emergindo das dinâmicas e da institucionalidade construídas ao longo dos últimos 15 anos, seja para os ODM, que oferece profícuo caminho para a implementação dos ODS e para uma agenda de pesquisa sobre governança global para o desenvolvimento sustentável.

Por fim, a perspectiva de governança global sugerida pela agenda dos ODM é uma alternativa viável e oferecem experiências reais merecem ser objeto de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABDALA, G. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) Documento de avaliação 2004-2007**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

ANDRADE, R. de P. Vencidas a distância e floresta: a transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista.**Tempo**,Niterói, v. 25, nº.2, p. 363-381, 2019.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio.Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENSON, M. H.; CRAIG, R. K. The end of sustainability. Society & Natural Resources.**An International Journal**, v.27, Issue 7, p.1-6, 2014.

BRANDÃO, F. *et al*. **Recomendações para a consolidação do Plano Estadual Amazônia Agora para o horizonte de 2030.**Belém-PA: The Nature Conservancy (TNC), Center for International Forestry Research (CIFOR) e World Agroforestry (ICRAF), 2021. 86 p.

BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento do milênio** – 5º Relatório Nacional de acompanhamento 2014. Brasília, DF: IPEA, 2014. Acesso em mar.2018.

BRASIL.CAGED - **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Brasil, 2015.

BRASIL. Comissão Pastoral da Terra-CPT. **Conflitos no campo**: Brasil. 2010.

BRUNDTLAND, G. H. (org.) **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CARDOSO, A. S.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. **Cienc. Cult.** São Paulo, v.71, nº.1, Jan./Mar. 2019. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100014.

CARDOSO, A. S.; TOLEDO, P. M. DE; VIEIRA, I.C.G. Barômetro da sustentabilidade aplicado ao município de Moju, estado do Pará.**Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil,v.12, 1, p. 234-263. 2016.

CARSON, R. **Primavera silenciosa.** 2ed. São Paulo: Portico, 1962.

CORDANI, U. G; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11 n.º 29,p. 399-408, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA**, v 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CRAIG, R. K.; BENSON, M. H. Replacing sustainability. **Akron Law Review**, v.46, p.841-80, 2013.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. **A Amazônia e os objetivos do milênio.** O Estado da Amazônia – Indicadores. Belém: Imazon. 2007. 50p.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE. TerraClass. Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia. **Sumário Executivo**. 2014.

EHRLICH, P. **The population bomb.** New York: Ballantine Books,1968.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amaz.** Manaus, v.36, n. 3.p. 395-400, 2006.

FERREIRA, A. E. M.; VIEIRA, I. C. G. Urban sustainability in the metropolitan region of Santarém, Pará, Brazil in the years 2000 and 2010. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. xviii, n. 58, p. 763-795,2018.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Boletim de Ciência e Tecnologia 2017**. Belém, 2017a.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Radar de indicadores das regiões de integração**. Belém, 2017.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Boletim de saúde no Pará**: Política, cobertura e indicadores. Belém, 2015a.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Boletim do trabalho e renda no Pará 1º semestre 2015.** Belém, 2015.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Mapa de exclusão social do Pará 2014.** Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. Belém, 2014.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Mapa de exclusão social do Pará 2015.** Belém, 2016.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Pará no contexto nacional 2017**. Belém, 2017.

GUEIROS, C. *et al.***Uma década de construção da agenda climática do Pará, Brasil.** Nairobi, Kenya: World Agroforestry, 2020.

GONÇALVES, C. Repensar o desenvolvimento sustentável através da resiliência evolutiva: um debate em curso. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**,Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, v. XXII, n 1.187, jan. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo demográfico**. Brasil. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Objetivos do desenvolvimento do milênio**: **Relatório Nacional de Acompanhamento.** Brasília, DF: Ipea. 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Objetivos do desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Ipea. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Objetivos do desenvolvimento do milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, DF: Ipea. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Objetivos do desenvolvimento do milênio:** relatório nacional de acompanhamento**.** Brasília, DF: Ipea. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Objetivos do desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Ipea. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA; GIZ; CEPAL. **Avaliação do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal:** PPCDAm 2007-2010. Brasília,DF: Ipea; GIZ; Cepal, 2011.

JONES, P.; WYNN, M.; HILLIER, D.; COMFORT, D. The sustainable development goals and information and communication technologies. **Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management,**n. 1, p. 1-15, 2017.

LEMOS, H. M. de. O homem e o meio ambiente. *In*: FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 1991, Rio de Janeiro. **Anais** [**...**]. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991. p. 12.

LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. **Desmontando o "formigueiro humano"**: uma leitura barthesiana das fotografias de Serra Pelada por Sebastião Salgado. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARCHAND, G.; LE TOURNEAU, F.M. O desafio de medir a sustentabilidade na Amazônia: os principais indicadores mundiais e a sua aplicabilidade ao contexto amazônico. *In*: VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M de.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. **Ambiente e sociedade na Amazônia:** uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 195-249.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELLO, N. G. R.; ARTAXO, P. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** Brasil, n. 66, p. 108-129, abr. 2017.

MEADOWS, D. *et al.***Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

OLIVEIRA, L. D. Os "limites do crescimento" 40 anos depois: das "profecias do apocalipse ambiental" ao "futuro comum ecologicamente sustentável". **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, p.72-96, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. **Declaração do milênio**. Cimeira do milênio, Nova Iorque, setembro, 2000.

PEREIRA, F. da S.; VIEIRA, I. C. G. Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade. **Revista Ambiente e Água**, Universidade de Taubaté, Taubaté, Brasil, v.11, n. 3, p. 731-744, 2016.

RATTNER, H. **Planejamento e bem-estar social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

RIVERO, S; ALMEIDA, O; AVILA, S; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Econ.** [online]. v.19, n.1, p.41-66, 2009. ISSN 0103-6351.

REDCLIFT, M. **Sustainable development**: exploring the contradictions. Londom: Metheun, 1987.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCKSTRÖM, J. *et al*. A safe operating space for humanity. **Nature**, v.461, p.472-475, 2009.doi:10.1038/461472a.

SANTOS, D.; CELENTANO, D.; GARCIA, J.; ARANIBAR, A.; VERÍSSIMO, A. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira**: IPS Amazônia 2014. Belém: Imazon e Social Progress Imperative. 2014.

SANTOS JUNIOR, R.A.O.; LÉNA P. Da predação à sustentabilidade: a difícil metamorfose.*In*: SANTOS JUNIOR, R.A.O; PHILIPPE, Léna (ed.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010.p. 4-39.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado.Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, Michele Lins Aracaty e (org.). **Desenvolvimento regional na Amazônia**: infraestrutura, capital humano, renda e trabalho. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.DOI:10.22533/at.ed.447201103.

STICKLER, C.M.*et al.* **The state of jurisdictional sustainability**: synthesis for practitioners and policymakers. San Franscisco CA and. Bogor, Indonesia: Earth Innovation Institute and CIFOR. 2018.

STEFFEN, W.*et al*. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science,** v. 347 n. 6223, p. 1259855, 2015. DOI: 10.1126/science.1259855.

TOLEDO, P.M.de. Interdisciplinaridade: aspectos teóricos e questões práticas. *In*: VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M de.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 25-51.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cad. EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p.1-14, mar. 2004.

VALE, F. de A. F. do. **Índices de desenvolvimento sustentável aplicados à Amazônia legal como subsídio a políticas de combate ao desmatamento.** Orientador: Peter Mann de Toledo. 2019. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11044. Acesso em: fev.2021.

VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M DE.; SANTOS JUNIOR, R.A. **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 504 p.

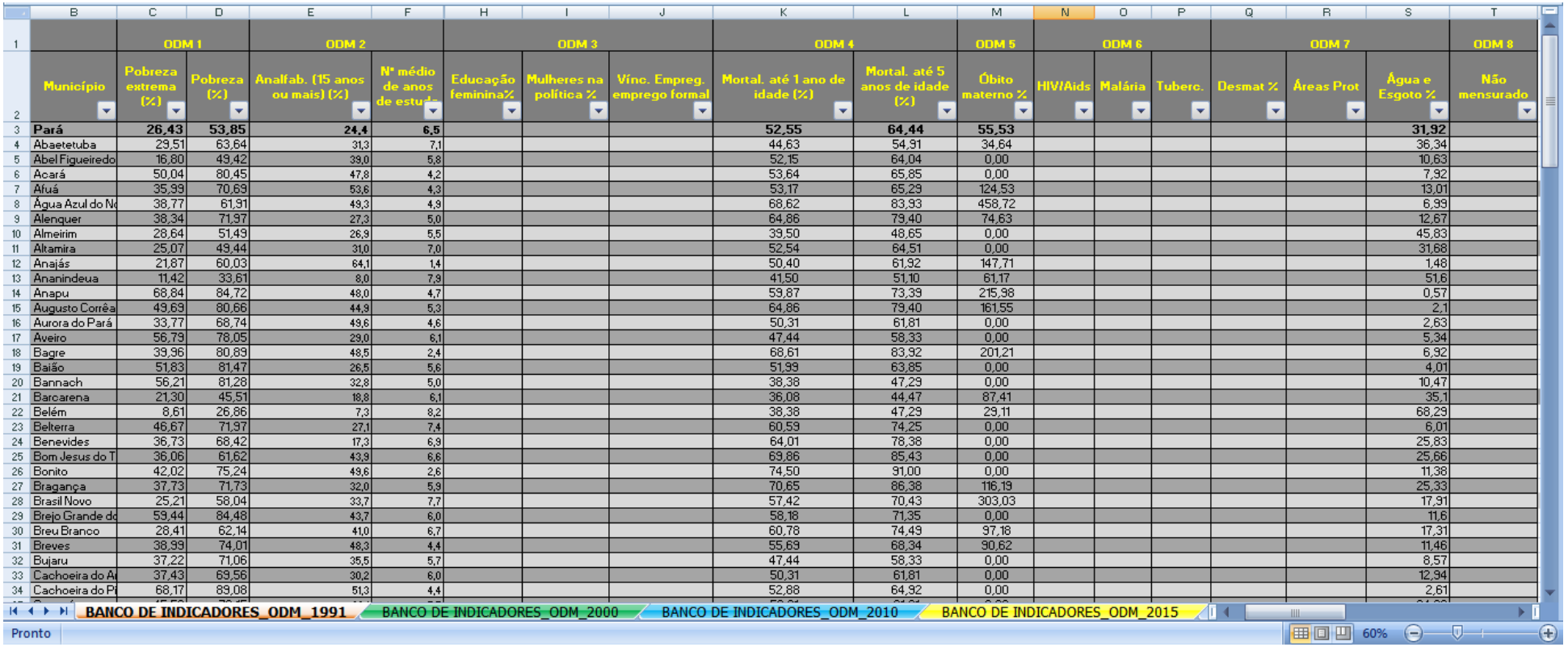
VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JUNIOR, R. A. O. Interdisciplinaridade e o estudo das questões socioambientais da Amazônia.*In*: VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M de.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 13-21.

VEIGA, J. E. da. O âmago da sustentabilidade. **Estudos Avançados**,v.28, n. 82, p. 7-23, 2014.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, I. C. G; TOLEDO, P. M. de; HIGUCHI, H. A Amazônia no Antropoceno. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.70 nº.1, p. 56-59, Jan./Mar. 2018.

APÊNDICE A – CONSTRUÇÃO DO BANCO DE INDICADORES DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO PARA O ESTADO DO PARÁ, REGIÕES DE INTEGRAÇÃO E MUNICÍPIOS, DE 1991, 2000, 2010 e 2015.



	Município	ODM 1		ODM 2		ODM 3			ODM 4		ODM 5	ODM 6			ODM 7			ODM 8
		Pobreza extrema (%)	Pobreza (%)	Analfab. (15 anos ou mais) (%)	Nº médio de anos de estud	Educação feminina%	Mulheres na política %	Vínc. Empreg. emprego formal	Mortal. até 1 ano de idade (%)	Mortal. até 5 anos de idade (%)	Óbito materno %	HIV/Aids	Malária	Tuberc.	Desmat %	Áreas Prot	Água e Esgoto %	Não mensurado
3	**Pará**	**26,43**	**53,85**	**24,4**	**6,5**				**52,55**	**64,44**	**55,53**						**31,92**	
4	Abaetetuba	29,51	63,64	31,3	7,1				44,63	54,91	34,64						36,34	
5	Abel Figueiredo	16,80	49,42	39,0	5,8				52,15	64,04	0,00						10,63	
6	Acará	50,04	80,45	47,8	4,2				53,64	65,85	0,00						7,92	
7	Afuá	35,99	70,69	53,6	4,3				53,17	65,29	124,53						13,01	
8	Água Azul do No	38,77	61,91	49,3	4,9				68,62	83,93	458,72						6,99	
9	Alenquer	38,34	71,97	27,3	5,0				64,86	79,40	74,63						12,67	
10	Almeirim	28,64	51,49	26,9	5,5				39,50	48,65	0,00						45,83	
11	Altamira	25,07	49,44	31,0	7,0				52,54	64,51	0,00						31,68	
12	Anajás	21,87	60,03	64,1	1,4				50,40	61,92	147,71						1,48	
13	Ananindeua	11,42	33,61	8,0	7,9				41,50	51,10	61,17						51,6	
14	Anapu	68,84	84,72	48,0	4,7				59,87	73,39	215,98						0,57	
15	Augusto Corrêa	49,69	80,66	44,9	5,3				64,86	79,40	161,55						2,1	
16	Aurora do Pará	33,77	68,74	49,6	4,6				50,31	61,81	0,00						2,63	
17	Aveiro	56,79	78,05	29,0	6,1				47,44	58,33	0,00						5,34	
18	Bagre	39,96	80,89	48,5	2,4				68,61	83,92	201,21						6,92	
19	Baião	51,83	81,47	26,5	5,6				51,99	63,85	0,00						4,01	
20	Bannach	56,21	81,28	32,8	5,0				38,38	47,29	0,00						10,47	
21	Barcarena	21,30	45,51	18,8	6,1				36,08	44,47	87,41						35,1	
22	Belém	8,61	26,86	7,3	8,2				38,38	47,29	29,11						68,29	
23	Belterra	46,67	71,97	27,1	7,4				60,59	74,25	0,00						6,01	
24	Benevides	36,73	68,42	17,3	6,9				64,01	78,38	0,00						25,83	
25	Bom Jesus do T	36,06	61,62	43,9	6,6				69,86	85,43	0,00						25,66	
26	Bonito	42,02	75,24	49,6	2,6				74,50	91,00	0,00						11,38	
27	Bragança	37,73	71,73	32,0	5,9				70,65	86,38	116,19						25,33	
28	Brasil Novo	25,21	58,04	33,7	7,7				57,42	70,43	303,03						17,91	
29	Brejo Grande do	59,44	84,48	43,7	6,0				58,18	71,35	0,00						11,6	
30	Breu Branco	28,41	62,14	41,0	6,7				60,78	74,49	97,18						17,31	
31	Breves	38,99	74,01	48,3	4,4				55,69	68,34	90,62						11,46	
32	Bujaru	37,22	71,06	35,5	5,7				47,44	58,33	0,00						8,57	
33	Cachoeira do A	37,43	69,56	30,2	6,0				50,31	61,81	0,00						12,94	
34	Cachoeira do P	68,17	89,08	51,3	4,4				52,88	64,92	0,00						2,61	

BANCO DE INDICADORES_ODM_1991 | BANCO DE INDICADORES_ODM_2000 | BANCO DE INDICADORES_ODM_2010 | BANCO DE INDICADORES_ODM_2015

Pronto 60%

APÊNDICE B – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O IDEÁRIO INSTITUCIONAL: UM EXECÍCIO A PARTIR DOS ODM E ODS.

Validação de 15 Indicadores Priorizados de Sustentabilidade da Floresta Amazônica. Brasília - DF. Relatório Final do Projeto FAO/TCP/RLA 3007(A) - Brasil. 1ª ed. Brasília, DF, 102p. 2006.

15. Freitas, C. M. de; Giatti, L. L. "Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil". In: *Cadernos de Saúde Pública*, v.25, p.1251-1266, 2009.
16. Centrulo, T. B.; Molina, N. S.; Malheiros, T. F. "Indicadores de sustentabilidade: proposta de um barômetro de sustentabilidade estadual". In: *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, v.30, p.33-45, 2013.
17. Lameira, W. J.; Vieira, I. C. G.; Toledo, P. M. de. "Panorama da sustentabilidade na fronteira agrícola do biocombustível na Amazônia". In: *Sustentabilidade em Debate*, 6(2): 193-210, 2015.
18. Fapespa - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Barômetro da Sustentabilidade da Amazônia. Diretoria de Estudos e Pesquisas Ambientais. - Belém, 87 f. 2016.
19. Tostes, J. A.; Ferreira, J. F. de C. "Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Amapá". In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.13, n.1, p. 198-223, 2017.
20. Cardoso, A; Toledo, P. M. de; Vieira, I. C. G. "Barômetro da sustentabilidade aplicado ao município de Moju, Pará". In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12(1): 234-263. 2016.
21. Simão, A. A. B.; Tafner Junior, A. W.; Faria, A. M. de M.. "Comparação de indicadores de desenvolvimento: a aplicação do IDH e do ISMA na região do Norte Araguaia". In: *Revista de Estudos Sociais*, v. 18, n. 36, p. 280-324, 2016.
22. Pereira, F. S.; Vieira, I. C. G. "Panorama de sustentabilidade em um contexto urbano/metropolitano na Amazônia a partir de duas ferramentas internacionais". In: *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 8 n. 4. 2017.
23. Pereira, F.S.; Vieira, I. C. G. "Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade". In: *Rev. Ambient. Água* online.. 2016, vol.11, n.3, pp.731-744. 2016.
24. Roboredo, D.; Bergamasco, S. M. P. P.; Ara, A.; Gervázio, W.; Domingues, T. R. "Clusterização de sistemas de manejos e a construção de indicadores de sustentabilidade utilizando a metodologia MESMIS no território Portal da Amazônia". *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, v.43, p.23-42, 2018.
25. Vale, F. A. F. do; Toledo, P. M. de; Vieira, I. C. G. "Análise comparativa de indicadores de sustentabilidade entre os estados da Amazônia Legal". *Sustentabilidade em Debate*, v. 9, n.1, p. 214-231, 2018.
26. Ferreira, A. E. de M.; Vieira, I. C. G. "Sustentabilidade urbana na região metropolitana de Santarém, Pará, Brasil nos anos 2000 e 2010". *Economía, Sociedad y Territorio*, vol. 23, n. 58, 2018, 763-795.
27. Costa, F. *Elementos para uma economia política da Amazônia: história, territorialidade, diversidade, sustentabilidade*. Série II Fundamentos Teórico-Metodológicos, Livro 2. Belém, NAEA, 2012.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O IDEÁRIO INSTITUCIONAL: UM EXERCÍCIO A PARTIR DOS ODM E ODS

Andreza Soares Cardoso e
Roberto Araujo Oliveira Santos Jr

Na década de 1990, uma série de conferências globais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) fez da noção de sustentabilidade uma pauta indispensável nas discussões sobre o futuro do planeta [1]. A partir dos anos 2000, os desafios sociais, econômicos e ecológicos da busca pela sustentabilidade foram sintetizados numa série de metas a serem atingidas até 2015: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Pós 2015, uma nova série de metas, a saber, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi adotada como resolução da Rio + 20, conferência realizada em 2012 [1]. Trata-se de uma agenda mundial com 17 objetivos, 169 metas e mais de 300 indicadores [2], que dariam continuidade aos ODM para o período 2015/2030.

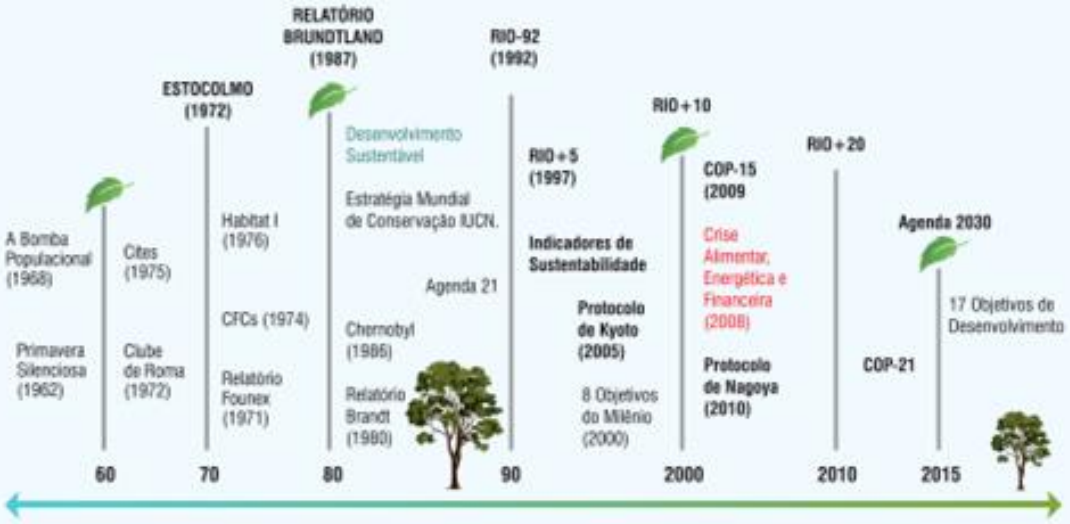
Esse consenso vinha sendo construído desde os anos 1970, e afirmou-se progressivamente à medida que evoluía o entendimento sobre as mudanças climáticas. Não se trata aqui de fazer o histórico da noção de sustentabilidade ou de sua evolução no quadro do paradigma do desenvolvimento do pós-guerra, mas apresentaremos uma linha do tempo relacionando os principais momentos históricos desse processo (Figura 1).

Atualmente, os objetivos de sustentabilidade apresentam-se simultaneamente como metas e como indicadores. Enquanto instrumentos de avaliação, os indicadores remetem – necessariamente – a um ideal (no caso, a sustentabilidade). E vale lembrar também que a sua capacidade de instrumentalizar esse ideal, permitindo sua incorporação pelas políticas públicas, extrapola a natureza própria do sistema de avaliação utilizado. Sua utilidade reside na capacidade de traduzir dimensões simultâneas do real, para fornecer boas indicações ao gestor – desde que este compartilhe do ideal de referência.

Na prática, porém, as políticas públicas raramente atingem esse patamar de integração. A consecução de cada um desses objetivos, numa dada realidade social, é na maior parte do tempo perseguida por grupos e/ou forças políticas com interesses contraditórios, tornando esses objetivos inconciliáveis entre si.

Vamos tomar aqui o exemplo da cidade de São Félix do Xingu, no Pará, para ver como se comportam indicadores associados aos ODM no período de 1990 (ano base) a 2015, tentando contextualizar sua variação no tempo para melhor entender o alcance e os limites desses instrumentos de avaliação, bem como entender a transição para a nova agenda pós 2015, com os ODS.

Figura 1. Linha do tempo da sustentabilidade



Fonte: Os autores, 2018

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa sistêmica qualitativa e quantitativa, de cunho multidisciplinar, objetivando relacionar o alcance e limitações dos ODM com o momento histórico. Quanto à natureza da pesquisa, pode-se considerar uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva. A área de investigação será o município de São Félix do Xingu, situado no estado do Pará. Para avaliar a evolução dos ODM, foram analisados sete dos oito ODM (Quadro 1) através das estatísticas disponibilizadas no portal ODM (http://www.pnud.org.br/portalodm.com.br), Atlas de Desenvolvimento Humano (http://www.pnud.org.br/atlasbrasil.org.br), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (Fapespa), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e publicações científicas referentes ao assunto. É válido ressaltar as severas limitações na frequência de levantamento e atualização de dados municipais no estado do Pará. Isso dificulta uma análise comparativa entre 1990 (ano base) e o ano mais recente (2015), necessária para o caso dos ODM. Dessa forma, para alguns indicadores, é possível haver discrepâncias entre os anos.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO O município de São Félix do Xingu pertence à mesorregião sudeste paraense e à microrregião de São Félix do Xingu. Possui área territorial de 84.212,85 km². Em 2010, abrigava uma população de 91.340 pessoas e, atualmente, a população estimada para 2018 é de 124.763 pessoas [3]. Em 2002, o produto interno bruto (PIB) da região foi de R$ 173.716, saltando para R$ 1.217.776 em 2015. Em 2010, a região apresentava Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) igual a 0,594, considerado baixo (faixa do IDHM baixo: entre 0,500 e 0,599). Está em São Félix do Xingu o maior efetivo de rebanho bovino do Brasil, com 2,2 milhões de cabeças [3] (Figura2).

ANÁLISE DOS ODM PARA SÃO FÉLIX DO XINGU

ODM 1: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME O ODM1 trazia como meta reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a R$ 140 e a proporção da população que sofre de fome. A renda per capita média de São Félix do Xingu cresceu 65,19% nas últimas duas décadas, passando de R$ 256,58, em 1991, para R$ 423,85, em 2010 [4]. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00, passou de 48,57%, em 1991, e para 32,79%, em 2010. Porém, a extrema pobreza aumentou, passando de 15,47% em 1991, para 21,25% em 2010.

O governo federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desde 2001, utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para acesso do cidadão aos programas sociais e de transferência de renda, como o programa

Quadro 1. Objetivos e metas do milênio.

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda < US$1/dia. Meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome
Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal Meta 3: Garantir até 2015 que as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de estudo
Objetivo 3: Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças até 5 anos
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna Meta 6: Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, as taxas de mortalidade materna
Objetivo 6: Combater doenças como Aids e malária Meta 7: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids Meta 8: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental Meta 9: Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais Meta 10: Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao saneamento básico. Meta 11: Até 2020, ter alcançado melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de áreas degradadas

Fonte: Objetivos e metas do milênio.

Bolsa Família [5]. Este instrumento pode ter influenciado na redução dos índices de pobreza e extrema pobreza no município.

ODM 2: ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL O ODM2 visava garantir, até 2015, que as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminassem um ciclo completo de estudo. O indicador "número médio de anos de estudo" indica o número de anos de estudo que

Figura 2. Área de investigação

Fonte: IBGE, 2018

uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 1991 e 2010, a média de anos de estudo no município passou de 4,8 anos para 6,5 anos, enquanto no Pará passou de 6,80 anos para 8,49 anos [5].

O indicador analfabetismo carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Contudo, notam-se avanços na redução desse índice. Entre 1991 e 2010, esse percentual passou de 32,1% para 11,6%, no município.

Sobre a frequência escolar, em 1991, 56,1% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2010, essa taxa já era 75,9%. No Pará, em 1991 o índice era de 62,73% e, em 2010,de 72,77% [5].

Vários elementos contribuíram para a melhoria dos indicadores como, por exemplo, as condicionantes do programa Bolsa Família que determinam que crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias, além de frequentar a escola, devem ter frequência mínima de 85% do ano letivo, para os que possuem até 15 anos, e 75%, para os adolescentes de 16 e 17 anos. Outras medidas a nível nacional tiveram papel relevante na melhora dos índices, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Programa Mais Educação, instituído em 2007 [6], além do lançamento, em 2013, em âmbito estadual, do Pacto pela Educação.

ODM 3: PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS E A AUTONOMIA DAS MULHERES Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015, era a meta do ODM3. Entre 2000 e 2010, a escolarização de homens e mulheres de São Félix do Xingu no ensino médio aumentou, diminuindo a disparidade. Em 2000, 75,1% dos homens do município frequentava a escola, enquanto a taxa para as mulheres era de 78,3%. Em 2010, esses números saltaram para 77,6% e 78,6% respectivamente [4].

Os postos de empregos formais são crescentes entre as mulheres, embora os homens ainda liderem o indicador. No município de São Félix do Xingu, os principais responsáveis pela geração de emprego e renda são empresas de assistência técnica, como Emater e Ceplac, as cooperativas e prestadoras de serviços particulares (que elaboram projetos agropecuários, de saúde animal, de genética, de manejo de pasto), bem como os comerciantes de produtos agropecuários, comerciantes e transportadores de gado, indústrias de frigoríficos e laticínios.

ODM 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL A mortalidade infantil em São Félix do Xingu até um ano de idade passou de 55,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 1991, para 19,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2015. Com as taxas observadas, o município não alcança a meta proposta, segundo a qual a mortalidade infantil no país, para ser reduzida em dois terços, deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

O IDEÁRIO SUSTENTÁVEL QUE SE BUSCA PERMANECE CARENTE DE SOLUÇÕES NA REGIÃO

Desde 1992, o Brasil aderiu à iniciativa Hospital Amigo da Criança, criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 para promover, proteger e apoiar a amamentação. Isso impulsionou iniciativas como a Semana Mundial da Amamentação e o Dia Nacional de Doação de Leite Humano, que visam a mobilização social em torno da temática, além do programa Saúde da Família, lançado em 1995 [6]. No estado do Pará, houve um aumento de 340 agentes comunitários de saúde entre os anos de 2013 e 2014 [7].

ODM 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA O principal indicador da meta do ODM5 é de reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna. A morte de mulheres durante a gravidez, o parto ou o puerpério tem se reduzido de forma acentuada nos estados e municípios brasileiros. Em São Félix do Xingu, no entanto, as taxas pioraram: em 1991, a taxa de mortalidade materna era de 103,95%, saltando para 191,39% em 2016 [8].

ODM 6: COMBATER DOENÇAS COMO AIDS E MALÁRIA As estatísticas mostram que a mortalidade por Aids em São Félix do Xingu apresentou variações entre os anos de 2005, 2010 e 2016, com taxas de 4,9%, 13,1% e 5,8%, respectivamente. As ações estabelecidas pelo governo federal têm se concentrado na distribuição de medicamentos para pacientes soropositivos, bem como na articulação do programa "Saúde e prevenção nas escolas".

Sobre a malária, chama atenção o aumento de notificações no município analisado, entre 2008 e 2012, com taxas de 2,6% e 4,8% respectivamente. O processo pode ter sido provocado pelas marcantes alterações no ecossistema [9], uma vez que, nesse mesmo período, observou-se um aumento nos índices de desmatamento no município.

ODM 7: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL Para alcançar a sustentabilidade ambiental, é necessário atingir três metas: uma relativa à proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, e duas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico e à melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários.

Em 1991, a taxa de acesso a água e esgoto em São Félix do Xingu era de 7,56%, saltando para 50,41% em 2010 [5]. Tal melhoria foi impulsionada, em âmbito nacional, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Ainda, em 2007, houve a sanção da Lei Federal nº 11.445, que estabeleceu as diretrizes para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico [10].

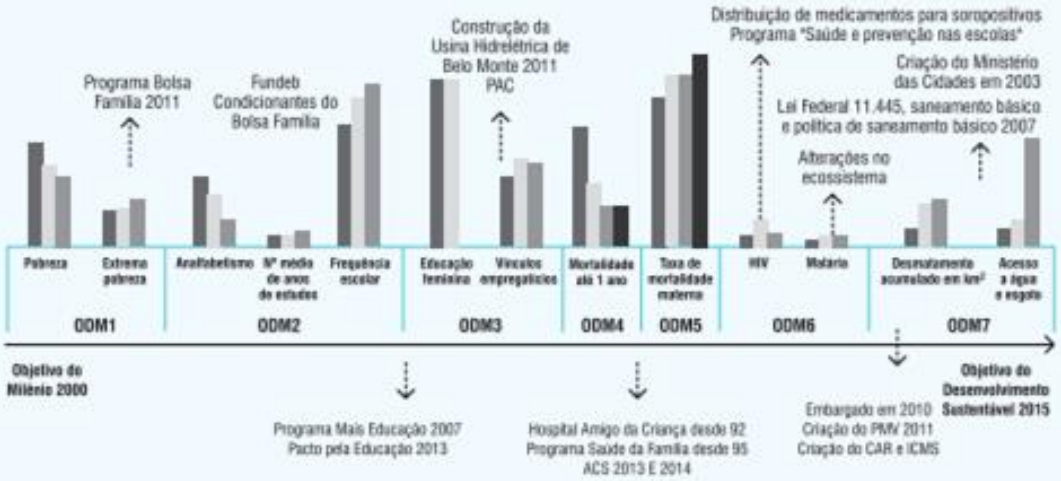
No que se refere ao desmatamento, apesar de o município ter 72% de sua área protegidas[11], São Félix do Xingu sofreu um desmatamento absoluto de 17.885,4 km² entre os anos 2000 e 2015. A taxa de desmatamento saltou de 8,35% para 21,23% no período estudado.

São Félix do Xingu foi o líder nacional em desflorestamento entre 2001 e 2006. A atividade pecuária se coloca como a principal causa do desmatamento na região, apesar de outras atividades como a agricultura colaborarem para os resultados observados. Mesmo apresentando uma redução na taxa de desmatamento em 2006, a cidade manteve o maior índice de perda de cobertura florestal do estado e da Amazônia. Em consequência disso, o município foi embargado pelo Ministério Público Federal no ano de 2010. Foi então lançado no ano seguinte (2011), pelo governo do estado, o Programa Municípios Verdes, com o objetivo de dar suporte aos territórios visando a sustentabilidade.

Outros instrumentos criados para auxiliar na gestão ambiental do país foram o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei 12.651/2012, e o ICMS Verde, um incentivo fiscal aos municípios que possuem no seu território áreas de unidades de conservação, CAR e apresentarem redução do desmatamento.

OS ODM, SÃO FELIX DO XINGU E A TRANSIÇÃO PARA NOVA AGENDA PÓS 2015 - OS ODS A linha do tempo da figura 3 demonstra o advento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (em 2000),

Figura 3. Linha do tempo associando os ODM, o momento histórico de São Félix do Xingu e a transição para a nova agenda pós 2015, os ODS



Fonte: autores, 2018

o momento histórico do município de São Felix do Xingu (1991 a 2015) e advento da nova agenda pós 2015 (em 2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

Ponta de lança de uma expansão da pecuária iniciada a leste, em torno da rodovia PA-279, o município de São Félix do Xingu apresenta-se tipicamente como uma região de fronteira. A exploração predatória acentuada dos recursos naturais – com remoção da cobertura vegetal (em particular o mogno) – e a implantação de pastagens explicam a explosão do PIB per capita nas últimas décadas. Esse processo, baseado em relações sociais violentas e em extensa grilagem de terras, consolida-se com o povoamento da região por empresários capitalizados. Nesse período, observa-se a chegada de empresas de mineração (Metalmig, Onça Puma), trazendo uma população de nível médio (engenheiros, funcionários) que se instala no perímetro da cidade, alterando o perfil da sociedade de São Félix do Xingu – composta majoritariamente por seringueiros, ribeirinhos e caçadores de peles até o início dos anos 1990.

Além da modificação decisiva no perfil dos habitantes da área, a simples observação de campo também mostra transformações na infraestrutura urbana relacionada, por exemplo, à construção de condomínios fechados com modernas instalações sanitárias e elétricas. Seria necessário possuir mais informações sobre a distribuição da infraestrutura no espaço da cidade para entender o significado da melhoria global do acesso a água e esgoto. Aliás, para alguns autores como Kumar [12], a concentração de infraestrutura nas cidades está fortemente associada a economias especulativas envolvendo atores públicos e privados.

Impressiona, também, o incremento da extrema pobreza (que passou de 15,47% em 1991, para 21,25% em 2010) e da mortalidade materna ao lado da melhoria de outros indicadores. Na verdade, as estruturas de exclusão social postas em movimento com o avanço da fronteira (a começar pela apropriação fundiária) aprofundam-se com a consolidação do território em torno da economia da pecuária [13]. As elites políticas locais confundem-se com os pecuaristas, que passam a se beneficiar de uma renda fundiária à medida que avança a urbanização.

Responsáveis também pela acelerada supressão da cobertura florestal, as elites municipais são manifestamente contrárias a qualquer tentativa de gestão territorial baseada em critérios de sustentabilidade. Até meados dos anos 2000, a implementação de unidades de conservação em São Félix do Xingu, bem como a existência de sanções creditícias e de iniciativas de mercado – a exemplo de uma moratória sobre a carne – forçou-as a dobrar-se a certas regras de uso do território (Cadastro Ambiental Rural etc.).

O ideal de sustentabilidade que vigorou em escala nacional desde os anos 1990, arregimentando a iniciativa de diferentes instâncias públicas (Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Ibama, ICMBio) em cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está, no entanto, muito longe de mobilizar o consenso local. Pelo contrário, aceito apenas no quadro de arranjos institucionais frágeis e sujeitos a mudanças, ele encon-

tra-se atualmente em perda de legitimidade. É de se esperar que os indicadores ambientais demonstrem uma degradação acentuada no curto prazo para o município.

A proposta atual, ainda em discussão, é que os países invistam nos ODS. Os ODS não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência fracassada. Será uma nova tentativa com mais objetivos, metas e indicadores [14], portanto, com problemas metodológicos, empíricos e de monitoramento muito maiores,o que mostra que ainda não se aprendeu a lição.

Nota-se, no período e em município analisados, que a meta de uma sociedade justa está distante. Cabe aqui tecer críticas construtivas quanto ao ideário perseguido. A escolha do ano-base é 1990, e a implicação dessa escolha é a baixa disponibilidade de estatísticas. Municípios pobres só passaram a produzir as estatísticas necessárias para os ODM a partir do seu estabelecimento, em 2000 [15]. Como as metas eram para 2015, esses municípios tiveram, na prática, bem menos tempo que os demais para cumprir as metas.

Pontuam-se aqui alguns motivos do "não alcance dos objetivos": foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, mas que não levaram em consideração as desigualdades entre os municípios; número exagerado de indicadores de acompanhamento; metas demasiadamente ambiciosas e até certo ponto inatingíveis, que demandavam estatísticas inexistentes em muitos municípios; metas de difícil monitoramento; metas e indicadores não adequados aos ODM e não articulados entre si. Além disso, e pode-se dizer o mais difícil, a ambiguidade de interesses dos atores locais e a falta de articulação entre eles.

Destaca-se que os ODM foram importantes do ponto de vista político e que alcançaram uma projeção na área social nunca antes obtido. No entanto, passado o período da sua implementação, uma análise dos resultados regionais mostra que seu sucesso deve ser relativizado, tendo em vista que foram mais intensos no campo do marketing político. O balanço do município de São Félix do Xingu mostra que a proposta de se alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015, na prática, não obteve os resultados projetados. O ideário sustentável que se busca permanece profundamente carente de soluções na região – o ideal e o real são realidades que divergem quando se trata de interesses individuais e coletivos.

***Andreza Soares Cardoso** é mestre em ciências ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Contato: andrezambiental@gmail.com*

***Roberto Araujo Oliveira Santos Jr** é pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Contato:araujo.roberto888@gmail.com*

REFERÊNCIAS

1. Alves, J. E. D. "O mito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)". *Revista EcoDebate*, ISSN 2446-9394. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/23/o-mito-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/.>. 2015.
2. PNUD Brasil. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável 2016*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo_PtBR.pdf> Acesso em Maio de 2016.
3. IBGE. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2018.
4. PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-felix-do-xingu_pa>. Acesso em nov.2018.
5. Fapespa. *Boletim de Assistência Social no Pará: política, indicadores e reflexões*. Belém, 2015.
6. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. *Relatório nacional de acompanhamento*. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 208 p. 2014.
7. Fapespa. *Boletim de Saúde no Pará: Política, cobertura e indicadores*. Belém, 2015.
8. Fapespa. *Anuário Estatístico do Pará 2018. Taxa de mortalidade materna no estado do Pará e seus municípios*. Disponível em<http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2018/tabelas/social/saude/tab_5.5.3_taxa_de_mortalidade_materna_2012_2016.htm> Acesso em Nov. 2018.
9. Souza et al. "Malaria situation in the Lower Amazon Region, Pará State, Brazil, from 2009 to 2013: an epidemiological approach". *Rev Pan-Amaz Saúde* online. 2015, vol.6, n.4, pp.39-47. ISSN 2176-6223.
10. Fapespa. *Boletim de Moradia e Saneamento Básico no Pará*. Belém, 2016.
11. Fapespa. *Anuário Estatístico do Pará 2018. Áreas protegidas (km²) no estado do Pará e seus municípios - 2014*. Disponível em <http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2018/tabelas/meioambiente/tab_4.5_areas_protegidas_km2_no_estado_do_para_e_seus_municipios_2014.htm>. Acesso em nov. 2018.
12. Kumar, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
13. Poccard-Chapuis et al. "A cadeia produtiva da carne: uma ferramenta para monitorar as dinâmicas nas frentes pioneiras na Amazônia brasileira". *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 125-138, jan./abr. 2005.
14. Veiga, J. E. da. "O âmago da sustentabilidade". *Estudos Avançados*, 28 (82), 2014.
15. Carvalho, P. G. M; Barcellos, F. C. "Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica". *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v.5, n.3, p.222-244, set/dez 2014.